

Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento

Adicionar Organizadores

Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento

Primeira Edição

Fortaleza
Imagine Publicações

2018

Copyright© 2018 da 1ª edição pela Imagine Publicações Ltda.

ISBN: 978-85-54337-00-1

Capa: -

Coordenação: Felipe Leite

Edição: Roberto Leite

Revisão: -

Projeto gráfico e editoração eletrônica: João Pedro Magalhães

2018

Todos os direitos em língua portuguesa reservados pela

IMAGINE PUBLICAÇÕES LDTA.

Rua Doutor Gilberto Studart, 55 - Sala 1502 - T1

CEP: 60192-105 - Cocó - Fortaleza - CE

Telefone: (85) 3246-1706

Email: imaginepublica@gmail.com

Impresso no Brasil pela [...]

Apresentação

Por que Feminismo na Análise do Comportamento?

Carolina Laurenti

Ecoss do ativismo do movimento feminista começaram a ressoar no contexto acadêmico na década de 1960, e foram ganhando mais projeção entre o fim dos anos 1970 e início da década de 1980, inclusive na psicologia. Desde então, as críticas feministas a determinadas formas de se produzir conhecimento científico têm desafiado a ciência de um modo geral, e a psicologia em particular, a se tornar uma prática cultural mais justa, igualitária e democrática, deixando de reproduzir, subscrever ou mesmo encorajar desigualdades entre gêneros verificadas em diferentes esferas da sociedade.

A interlocução entre Análise do Comportamento e Feminismo no âmbito acadêmico foi principiada, sobretudo, pelos trabalhos de Maria del Rosario Ruiz (1950-2017), que explorou, do ponto de vista teórico-filosófico, algumas afinidades entre teses feministas e a filosofia do comportamentalismo radical. As produções dessa autora, entretanto, parecem não ter sido suficientes para inserir a Análise do Comportamento de modo mais expressivo nesse cenário, considerando, até o momento, a escassa produção que discute essa aliança na área ¹.

No Brasil, o diálogo entre Feminismo e Análise do Comportamento é recente e relativamente incipiente. Apesar do caráter embrionário desses estudos no país, tem acontecido uma série de iniciativas com o in-

¹ Ver Couto, A., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. Revista: Perspectivas em Análise do Comportamento, 8(2), 147-158.

tuito de propiciar um contexto favorável à discussão de temas fomentados pelo Feminismo acadêmico. O livro “Debates sobre Feminismo e Análise do Comportamento” é uma expressão lídima desse esforço, e preenche uma lacuna importante no tocante à produção nacional acerca do Feminismo. Mas não se trata “apenas” de um livro sobre Feminismo. É um livro sobre a Análise do Comportamento – a sua história, teoria, ciência e profissão – discutida de uma perspectiva de gênero. Esse viés dá relevo a aspectos usualmente negligenciados na narrativa historiográfica dessa disciplina (e.g., as diferentes mulheres que participaram da institucionalização e consolidação dessa disciplina no Brasil), bem como permite perscrutar temas que pouco integram as agendas de pesquisa do campo (e.g., patriarcado, machismo, cultura do estupro, empoderamento feminino, práticas de gênero, assédio sexual, interseccionalidade, participação feminina na computação, psicoterapia feminista). É, antes de tudo, um livro sobre a práxis acadêmico-científica dos/as analistas do comportamento, o seu lugar social e suas implicações ético-políticas.

Um livro como este certamente enfrentará e, ao mesmo tempo, lançará muitos desafios para a Análise do Comportamento. Um deles é justamente discutir Feminismo. Isso porque existem conotações pejorativas do termo bastante difundidas no senso comum que podem tolher, logo de início, qualquer tentativa de debate, mesmo na esfera acadêmica. Em uma palestra proferida no TEDxEuston², a escritora africana Chimamanda Ngozi Adichie mencionou alguns desses estereótipos: feministas são geralmente consideradas “mulheres infelizes que não arrumam marido” e que “odeiam os homens”.

Para além dessas acepções burlescas do conceito, no domínio acadêmico o Feminismo dá visibilidade a uma “tensão” entre ciência e valores, opondo-se ao pensamento científico moderno. Nesse modelo epistemológico, a noção de objetividade científica era esclarecida pela ideia de neutralidade: o conhecimento científico seria objetivo, pois não estaria comprometido com qualquer perspectiva de valor particular, seja no plano ético, seja no político. Isso contribuiu para a construção da visão de que a ciência, orientada pelo método científico, seria regulada unicamente pela Razão; por conseguinte, os parâmetros para avaliar o seu desenvolvimento estariam circunscritos ao funcionamento interno da própria ciência, como as exigências de consistência lógica e apoio empírico, ao mesmo tempo

² Eis o link para acessar a palestra “Todos nós deveríamos ser feministas”: <https://goo.gl/q6u5zy>

em que fatores culturais, econômicos e políticos eram desconsiderados.

Essa “tensão” entre ciência e política também encontra ressonâncias na Análise do Comportamento, tendo em vista que há algumas interpretações que identificam aspectos do pensamento científico moderno nas práticas científicas da área³, como a tese da neutralidade científica. Considerando essas relações, situar o Feminismo, que é um movimento político, no escopo das discussões teórico-científicas da Análise do Comportamento, poderia, supostamente, comprometer o ideal de produção de um conhecimento objetivo, se objetividade ainda estiver sendo entendida como sinônimo de neutralidade.

Outro desafio que uma aliança com o Feminismo lança à Análise do Comportamento é estudar “gênero” – um termo que destaca as diferenças socialmente constituídas entre os diferentes sexos, estabelecendo o que seria entendido por masculino e feminino em uma dada cultura. Do ponto de vista epistemológico, o tema do gênero está tradicionalmente associado às ciências humanas. Isso reacende a já desgastada dicotomia entre ciências naturais e ciências humanas – uma oposição que afirma a superioridade científica das primeiras e desconfia do status científico das segundas. Reiterando essa dicotomia, o ensino de Análise do Comportamento por vezes filia essa proposta de psicologia científica ao campo das ciências naturais, com o intuito de revesti-la dos qualificativos e desideratos dessas ciências: rigor metodológico, operacionalização das variáveis, uso do método experimental e busca de regularidades nos fenômenos, com o fim último de previsão e controle. Tudo isso, à primeira vista, parece ser antitético aos temas, à epistemologia e às metodologias “qualitativas” das ciências humanas. Como, na visão tradicional, há um ceticismo sobre cientificidade dessas ciências, estudar gênero poderia conferir à Análise do Comportamento um status menos científico, afastando-a daquelas áreas de conhecimento que gozam de maior prestígio acadêmico.

Uma vez enfrentados, e quiçá superados, esses desafios poderiam se transformar em valiosas contribuições à Análise do Comportamento. Distanciando-se dos estereótipos ilustrados por Chimamanda, o Feminismo, do ponto de vista político, pode ser entendido como um programa de ação que busca explicitar, enfrentar e superar práticas culturais opressivas, responsáveis por promover a desigualdade entre gêneros, que se manifesta em prejuízo das mulheres. O movimento feminista chama a

³ Ver Moxley, R. A. (1999). Two Skinners, modern and postmodern. *Behavior and Philosophy*, 27, 97-125.

atenção para o fato de que em algumas culturas as diferenças entre homens e mulheres, dentre elas as de natureza biológica, são transformadas em desigualdades. “Dominação masculina”, “patriarcado”, “machismo” são expressões utilizadas para dar visibilidade a essas práticas. De uma perspectiva analítico-comportamental, elas podem ser entendidas como um conjunto de contingências sociais, mantidas e transmitidas de geração a geração (práticas culturais), que controlam diferencialmente o comportamento de homens e mulheres, de modo que os homens teriam um acesso facilitado a reforçadores importantes (poder), que nem sempre são contingentes ao seu comportamento (privilégio). Como a ciência é parte e expressão da cultura, as desigualdades entre os gêneros, observadas em distintos contextos socioculturais (e.g., ambiente doméstico, trabalho, educação, religião etc.), podem também estar sendo reproduzidas pela própria atividade científica. Isso se evidencia, por exemplo, na exclusão histórica das mulheres da ciência, na disparidade entre gêneros verificada em diferentes campos científicos em favor dos homens (e.g., ciências matemáticas e tecnológicas) e na menor participação feminina na medida em que se avança para posições de mais notoriedade na hierarquia científica⁴.

Toda essa reflexão não parece ser inconsistente com os pressupostos teórico-filosóficos da Análise do Comportamento, de acordo com os quais ciência é comportamento do/a cientista, modelado e mantido por uma comunidade científica. De acordo com essa ótica, o comportamento científico é controlado não só por contingências relacionadas às regras do método científico, mas também por contingências da história de vida do cientista e da cultura na qual ele está inserido, e que não precisam ser tateadas para controlar o seu comportamento.

Uma aliança com o Feminismo poderia, então, promover uma mudança na identidade epistemológica da Análise do Comportamento, superando o pensamento binário que pauta a dicotomia entre ciências naturais e ciências humanas. O estudo do gênero na área poderia ser feito de acordo com procedimentos canonizados pelas práticas científicas dos/as analistas do comportamento; ele poderia, outrossim, ensejar novas e diferentes estratégias e procedimentos de investigação do assunto. De qualquer modo, não parece necessariamente haver ameaça à cientificidade da Análise do Comportamento estudar esse tipo de variável que, ao lado de outras, como

⁴ Ver Nosik, M. R., Luke, M. L., & Carr, J. E. (2018). Representation of women in behavior analysis: An empirical analysis. *Behavior Analysis: Research and Practice*. Advance online publication. <http://dx.doi.org/10.1037/bar0000118>

poder, classe social, raça/etnia, são, não raro, desconsideradas nas análises funcionais, tanto do comportamento dos participantes das pesquisas e intervenções quanto do próprio comportamento do pesquisador e profissional analista do comportamento. Estudar gênero poderia, ainda, tornar a Análise do Comportamento mais objetiva, não na acepção de neutralidade científica, mas no sentido de que o processo de produção de conhecimento científico e os seus produtos possam ser avaliados igualmente entre homens e mulheres - algo que só será possível mediante a “aplicação sistemática de métodos que permitam identificar os pressupostos, os preconceitos, os valores e os interesses que subjazem à investigação científica supostamente desprovida deles”⁵.

Além disso, o Feminismo destaca a relevância da discussão política na Análise do Comportamento, um aspecto do qual essa teoria é recorrentemente acusada de negligenciar, em função de sua ênfase em questões procedimentais e tecnológicas. De acordo com essas críticas, a falta de reflexões ético-políticas tem contribuído para que as intervenções dos/as analistas do comportamento, mesmo que amparadas em análises funcionais, fiquem centradas no indivíduo, desconsiderando o contexto mais amplo de contingências culturais e institucionais, das quais participam relações hierárquicas de poder. Deixar de reconhecer e examinar esses aspectos pode levar esses/as profissionais a serem “parte do problema, e não da solução”⁶.

O valor de sobrevivência das culturas, tão defendido no plano ético, se não for subsumido a uma discussão política, pode acabar subscrevendo a reprodução de culturas que simplesmente “sobreviveram”, ignorando que essas podem ser mais ou menos democráticas, mais ou menos justas, mais ou menos respeitadas⁷. Diante da questão “das culturas que sobrevivem, qual é a melhor, ou qual é a que deveria perecer?”, o Feminismo ajuda a dar uma resposta: uma cultura que fomenta a opressão, seja de que forma for, como a cultura da dominação masculina, deveria perecer. Em termos de projeto social, a pergunta “qual cultura deveria sobreviver?” também tem uma resposta feminista: uma cultura que promova relações

⁵ Ver Santos, B. S. (2000). *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência* (vol. 1, p. 31). São Paulo: Cortez.

⁶ Ver Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11, 163-174.

⁷ Ver Prileltensky, I. (1994). On the social legacy of B. F. Skinner: Rhetoric of change, philosophy of adjustment. *Theory & Psychology*, 4(1), 125-137.

mais igualitárias e justas entre gêneros é a melhor! Uma aproximação com o Feminismo poderia, então, instigar a potencial contribuição da Análise do Comportamento para mudar as formas opressivas de controle social, em direção à construção de um mundo melhor para todos e todas.

Em suma, as reflexões feministas podem tornar a Análise do Comportamento uma ciência melhor, mais objetiva e mais engajada; e é isso que este livro vem mostrar.

Capítulo 1

Pioneiras: A história das primeiras mulheres na análise do comportamento no Brasil

Gabriela Jheniffer Teixeira Silva & Ana Arantes

*De fato, eu me arriscaria a supor que Anônimo,
que escreveu tantos poemas sem assiná-los,
foi muitas vezes uma mulher.
(Virgínia Wolf, 1928)*

Pensar na ciência como um campo (majoritariamente) masculino não é algo recente. Pelo contrário, um dos primeiros estudos a abordar a diferença na produção científica entre homens e mulheres foi realizado por Rossi (1965). Apesar de esse estudo ter sido conduzido há mais de 50 anos, seus resultados infelizmente podem ser facilmente extrapolados para este século. Mulheres tinham menor participação na produção científica em diversas áreas e, de acordo com a autora, isso poderia ser explicado pela falta de incentivo e desencorajamento sistemático, desde a idade escolar, para que mulheres se engajassem em atividades que não as preparassem para seu futuro ideal: ser esposa e mãe (Rossi, 1965). Historicamente, as mulheres foram domesticadas para, independentemente de sua formação, suas maiores conquistas serem um bom casamento e a criação de filhos (ver, por exemplo, Rossi, 1965 e Foucault, 2003). Além disso, existia ainda

uma restrição em aceitar mulheres em cursos do ensino superior, apoiada nos estereótipos acima citados (Nosik, 2018).

Apesar das mudanças relacionadas à aceitação e aos direitos conquistados na segunda metade do século XX e às lutas dos movimentos feministas em busca de igualdade entre homens e mulheres, ainda hoje, em pleno século XXI, são palpáveis as diferenças entre gêneros quanto ao acesso à riqueza, direitos e oportunidades (ONU, 2015, *Minimum Set of Gender Indicators*). Para Bourdieu essas mudanças sociais não resolvem a questão da desigualdade, pois:

(...) mesmo quando as pressões externas são abolidas e as liberdades formais – direito de voto, direito à educação, acesso a todas as profissões, inclusive políticas – são adquiridas, a autoexclusão e a ‘vocação’ (...) vêm substituir a exclusão expressa (Bourdieu, 1998, p. 52, citado por Moraes, 2012).

Ou seja, a crença de que homens e mulheres teriam mais chances de alcançar sucesso de acordo com suas supostas características e qualidades inerentes fundamenta e perpetua a disparidade entre gêneros em diversos âmbitos profissionais, incluindo a ciência (Souza & Fonseca, 2008). Uma rápida análise histórica e cultural demonstra os diversos estigmas e consequentes dificuldades do ser mulher num campo que não fosse o papel tradicional: mãe, esposa e responsável pelas tarefas domésticas. De fato, as diferenças biológicas existem, mas em muitos casos elas se tornam a justificativa e não a causa das diferenças culturais. (Macêdo & Macedo, 2004; Araújo, 2005; Moraes, 2012; e Da Silva, 2015).

Este movimento de exclusão e impedimento do envolvimento de mulheres na área científica pode ser definido como o silenciamento e a invisibilização feminina que acontecem dentro do contexto social considerado comum. O sujeito (ou grupo) coexiste em dimensões paralelas da realidade instituída, que ressignificam o ser humano constantemente tendo como base as circunstâncias a que está submetido, englobando o trabalho, a política e a sexualidade. Essas variáveis seriam, então, cruciais para a construção não só do sujeito em si, mas da sua representação diante da sociedade (Da Silva, 2015). Como descrito pela autora, silenciamento e invisibilização explicitam os mecanismos pelos quais se marginalizam as minorias sociais:

O processo de silenciamento compõe a tríade: ausência de

discurso, discurso como monólogo e discurso não considerado. Por sua vez, o processo de invisibilização estabelece a tríade: sujeito inconveniente, sujeito ignorado e o não-sujeito (pp. 113-114)

O silenciamento das mulheres na área científica ocorre pela ausência de discurso como quando não se criam condições para que mulheres sejam palestrantes em eventos científicos, pela falta de convite por parte dos organizadores ou pela imposição de exigências que impossibilitam que elas apresentem seus trabalhos (como a exigência de que palestras sejam proferidas apenas por Doutores, o que impede que a maioria das mulheres, concentrada nos níveis de graduação e mestrado, tenha oportunidade de palestrar). O discurso como monólogo silencia as mulheres nas ciências quando são impedidas de expor pontos de vista particularmente femininos pelo fato de serem obrigadas a seguir normatizações e procedimentos que limitam o discurso ao ponto de vista dominante e único dos homens, como a norma gramatical de se usar o pronome masculino como padrão, por exemplo. Já o discurso não considerado silencia as mulheres em áreas científicas em que proposições femininas são diminuídas ou consideradas equivocadas pelo simples fato de serem emitidas por mulheres, o que pode ser visto nas críticas infundadas à prática da terapia feminista como antiética, baseadas na noção de que existiria uma “ideologia feminista” que estaria sendo imposta ao cliente por parte da terapeuta.

Em relação à tríade de invisibilização, podemos compreender o sujeito inconveniente como aquele considerado indesejado pela sociedade, um incômodo que deve ser evitado e que é caracterizado, por exemplo, por regras não explícitas do tipo “pós-graduandas mulheres atrasam a defesa de seus projetos porque engravidam durante o curso”, que podem gerar preferência pela seleção de alunos homens por programas de pós-graduação, evitando a seleção de mulheres. O sujeito ignorado é aquele que, apesar de presente, não tem suas contribuições levadas em conta, exemplificado claramente pelo fenômeno do *mansplaining*, em que mulheres, mesmo que com comprovada expertise em seus campos de atuação, são submetidas a situações em que homens explicam a elas os conceitos de suas especialidades de maneira condescendente e simplificada, ignorando que a mulher possa dominar o assunto em questão. E, por fim, o não-sujeito é aquele que sequer é considerado uma pessoa e passa a ser tratado como objeto, como coisa. Muitas vezes as mulheres são aceitas

em laboratórios científicos não por suas contribuições intelectuais, mas por sua força de trabalho considerada meticulosa e perfeccionista, como se fossem equipamentos de pesquisa e não pesquisadoras.

Invisibilização e silenciamento podem ser observados também na associação automática que leitoras e leitores fazem ao se deparar com referências em artigos acadêmicos, feitas somente com o sobrenome da pessoa que escreveu o trabalho citado: se presume que autores de trabalhos acadêmicos são necessariamente do gênero masculino, mesmo em áreas predominantemente femininas, como a Psicologia, por exemplo. Outro caso parecido que podemos listar são os inúmeros feitos e pesquisas que foram realizados e/ou tiveram uma importante participação de mulheres cujos nomes são geralmente esquecidos. Não são apenas nomes ignorados, mas também e principalmente são histórias perdidas no tempo. Um dos casos mais emblemáticos é o de Rosalind Franklin. Foi a partir dos dados da pesquisa desta química britânica que foi possível elaborar o modelo de dupla hélice do DNA. Os dois cientistas – homens – que apresentaram tal descoberta para a comunidade científica foram gratificados com um Prêmio Nobel e, somente décadas depois, foi reconhecida a importância da participação de Franklin (Ortiz & Silva, 2016). Outro caso que representa bem o machismo científico foi o de Nettie Stevens, uma das pioneiras no desenvolvimento de estudos genéticos que foram cruciais para a descoberta de que os determinantes do sexo de um organismo seriam cromossomos e não fatores ambientais. Apesar de um colega de laboratório ter chegado aos mesmos resultados tempos depois de Stevens, a descoberta foi creditada a ele, juntamente com o supervisor do laboratório em que trabalhavam (Lee, 2013).

Um estudo realizado por West, Jacquet, King, Correll e Bergstrom (2013) mostra que aproximadamente 70% da produção científica mundial até o ano de 2012 era de autoria de homens. Para explicar esta disparidade, existe um conceito cunhado por Rossiter (1993) denominado “Efeito Matilda”, que descreve o sub-reconhecimento de cientistas do gênero feminino nas áreas acadêmicas por meio da invisibilização e apagamento de suas contribuições, como nos casos citados de Franklin e Stevens. As possíveis justificativas para este efeito são o fato das mulheres estarem mais propensas a deixar a academia por fatores pessoais, mais especificamente, devido ao acúmulo de jornadas de trabalho, resultado de uma distribuição ineficiente das responsabilidades domésticas. (Sousa & Guedes, 2016). Esse desequilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal interfere diretamente

na produtividade e avanço destas cientistas. (Knobloch-Westerwick, Glynn, & Hüge, 2013). Outro fator apontado é a participação das mulheres em redes de colaboração: enquanto mulheres são mais propensas a colaborar com outros cientistas (independentemente de seu gênero), as redes de colaboração de homens têm como padrão ser composta quase exclusivamente por outros homens. Esses padrões na comunicação acadêmica podem ser cumulativos, levando à impossibilidade das mulheres acadêmicas se desenvolverem em suas carreiras (Knobloch-Westerwick et. al., 2013).

Rossi (1965) aponta possíveis caminhos para que uma sociedade e, consequentemente, uma ciência mais igualitária sejam alcançadas: 1) educar crianças de formas similares, para que papéis familiares e profissionais tenham o mesmo peso independente do gênero de quem os desempenha; e 2) entender que as possíveis dificuldades que uma mulher possa encontrar ao desempenhar uma profissão que exija mais dedicação não estão ligadas a sua (falta de) capacidade e sim ao acúmulo de papéis (esposa, mãe, profissional) e, a partir disso, compreender que isso é um problema social e histórico, e não individual – atuando para que tal informação seja difundida e esta questão seja trabalhada em conjunto com a sociedade. Rossi (1965) aponta também que o aumento no número de mulheres cientistas seria uma das ferramentas para provocar as modificações coletivas necessárias para se alcançar a igualdade.

1.1 Psicologia: Uma profissão feminina, mas uma ciência masculina

Diante desse quadro de silenciamento das mulheres e de invisibilização da presença feminina no campo científico, não surpreende que, mesmo em áreas majoritariamente femininas, possamos verificar como as contribuições das mulheres são menos reconhecidas do que aquelas feitas por homens. Um caso emblemático a ser exemplificado é o das ciências psicológicas, cuja área (tanto acadêmica e científica, quanto aplicada) é formada por 90% de profissionais mulheres, segundo levantamento do DII-EESE (2016) sobre os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2014.

A graduação em Psicologia, desde a sua fundação, foi composta por

uma maioria esmagadora de mulheres (Rosemberg, 1984). Existem diversas variáveis que contribuem para a explicação desse fenômeno, como o possível reflexo dos modelos sexuais tradicionais (o que reservaria à mulher o papel de sentimental e “expressiva”), e a segregação ocupacional, que delega às mulheres profissões ligadas diretamente ao cuidado doméstico e com outras pessoas (Rosemberg, 1984). Essa presença expressiva das mulheres nas graduações em Psicologia não se traduz necessariamente em participação efetiva na construção da Psicologia como profissão e como corpo de conhecimento. Dados recentes mostram que, no Brasil, há uma desproporção na presença de mulheres em relação à de homens conforme nos dirigimos a níveis mais altos da carreira. Por exemplo, as mulheres representam 90% do total de profissionais de psicologia formadas e formados no país, mas a porcentagem de professoras mulheres cai drasticamente para 56,6% dos professores de ensino superior em Psicologia (DIEESE, 2016). Pensando na produção científica, mulheres são maioria desde a graduação até o nível do Pós-doutorado, mas coordenam apenas cerca de 40% de grandes projetos de pesquisa (Costa, 2006), o que pode até soar relevante, no entanto a autora aponta que, ainda que não exista um preconceito explícito, as estruturas sociais (família, religião, economia, direito, etc.) e a cultura agem “de forma a garantir a hegemonia masculina nos postos mais elevados das ciências.” (p.458). Embora esses dados sejam sobre a participação feminina nas ciências em geral, e de não termos dados específicos sobre a participação feminina na Psicologia em particular, é de se esperar, considerando a literatura sobre invisibilização e silenciamento, que na nossa área essa tendência se repita.

1.2 Por que estudar a história da Análise do Comportamento no Brasil?

Mesmo que não se tenha dados, específicos ou gerais, e estudos sobre a participação e contribuição das mulheres na ciência psicológica no Brasil, pensamos que um estudo sobre as desigualdades entre gêneros, particularmente dentro da Análise do Comportamento (AC), pode servir como caso exemplar. A chegada da AC coincide com o desenvolvimento institucionalizado do curso de Psicologia no país, o que provavelmente é uma das razões para que tenha se tornado uma disciplina de currículo mínimo da graduação (Miranda & Cirino, 2010) e colocado o Brasil entre os países em que a pesquisa científica na área seja uma das mais expressivas.

Poucos anos após a vinda da AC para o Brasil, nos anos 1960, ocorreu o golpe militar. Tal fato impossibilitou um pleno desenvolvimento desta ciência naquele momento (Ferreira, 1985; Matos & Carvalho, 1998). Ferreira (1985) afirma que cientistas brasileiros encontravam sérias limitações para o desenvolvimento da Psicologia como ciência por causa de um sistema de comunicação pobre entre os profissionais e por dificuldades econômicas do país que resultavam em cortes constantes de fundos para pesquisa e programas de graduação e pós-graduação descontinuados, chegando ao ponto de as próprias universidades não terem dinheiro suficiente para comprar livros e manter a assinatura de diversos periódicos. De acordo com Matos e Carvalho (1998), uma das principais dificuldades enfrentadas foi a falta de equipamentos e bibliografias necessários aqui no Brasil, o que também refletia diretamente na aprendizagem dos alunos. Durante a ditadura militar, os analistas do comportamento se viram obrigados, por conta das restrições pessoais, políticas e econômicas impostas, a voltar-se para a aplicação clínica e ensino. Houve diversos cancelamentos de viagens para o exterior, assim como dificuldades na importação de materiais e revogação de convites para professores de outros países virem ao Brasil por conta das restrições xenófobas impostas pelos militares (Todorov, 2004).

Mesmo com este percalço, nem tudo foi perdido. Os trabalhos desenvolvidos na Universidade de Brasília (UnB) resultaram em publicações nacionais e internacionais significativas (Matos & Carvalho, 1998). Além disso, por conta da dispersão dos profissionais pelo país, com o passar dos anos, muitos cursos de graduação em Psicologia tiveram em suas primeiras matrizes a influência direta do trabalho de Carolina Bori (Todorov

& Hanna, 2010).

A constante produção de pesquisas em AC (básicas, aplicadas e conceituais) desde a década de 1960, a realização sistemática de diversos eventos científicos e o número crescente de periódicos e livros especializados são aspectos que fundamentam a importância de estudos históricos sobre a área no nosso país. Como destaca Cruz (2006), embora existam poucos exemplos de pesquisas históricas sobre a AC no Brasil, tais pesquisas podem ser instigantes e reveladoras e, principalmente, auxiliar no delineamento da produção de conhecimento na área. Apesar da pouca produção relativa a pesquisas históricas, nos últimos anos houve um aumento substancial de pesquisas voltadas para a análise histórico-conceitual, o que indica a consolidação da AC na comunidade científica, uma vez que a área se desenvolveu o suficiente para buscar, em sua história, aspectos relevantes que favorecem a identificação de fatores que estão constantemente afetando a constituição da AC e do Behaviorismo no Brasil (Cruz, 2006).

1.3 Presença e participação feminina na Análise do Comportamento brasileira

No decorrer da história da AC no Brasil, diversas mulheres tiveram papéis importantes, algumas vezes até cruciais para o estabelecimento da área no país, mas pouco se tem registrado sobre suas contribuições. Um bom exemplo disso é o fato quase desconhecido de que o primeiro convite para que o Professor Keller¹ viesse para o Brasil partiu de uma aluna do curso de Psicologia da Universidade de São Paulo, Mirtes Rodrigues do Prado (Couto, 2012). Uma das poucas mulheres com reconhecimento mais amplo dentro do campo da ciência psicológica foi a Professora Doutora Carolina Martuscelli Bori que, nas palavras de Matos e Carvalho (1998), conquistou este posto por “principalmente ao longo de várias gestões como parte da Diretoria da SBPC”, ter rompido “os tabus políticos mais resistentes deste país: uma mulher à frente dos cientistas brasileiros” (p.5).

Como já discutido, a invisibilização do trabalho feminino é histórica e não exclusiva do campo da Psicologia ou da AC – é uma opressão

¹ O Professor Fred S. Keller, em 1961, veio ao Brasil lecionar durante um ano como professor visitante na Universidade de São Paulo. No decorrer da disciplina de Psicologia Experimental, o Prof. Keller não só apresentava o conteúdo programático da AC, como administrava exercícios práticos em laboratório. Estas aulas foram a primeira semente da Análise Experimental do Comportamento no nosso país (Matos & Carvalho, 1998).

Tabela 1.1: Lista de bases de dados e periódicos da área de AC usados no levantamento bibliográfico.

Bases de dados
Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos (PubMed)
Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (Bvs-Psi)
Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme)
<i>Education Resources Information Center (Eric)</i>
Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPsic)
<i>American Psychological Association (PsycInfo)</i>
<i>Scientific Electronic Library Online (Scielo)</i>
<i>SciVerse Scopus (Scopus)</i>
<i>Web of Science</i>
Periódicos nacionais de Análise do Comportamento
<i>Acta Comportamentalia*</i>
Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTTCC)
Revista Perspectivas em Análise do Comportamento
Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC)

*Apesar de ser um periódico internacional, os artigos selecionados neste periódico foram publicados em português, portanto optamos por incluí-lo na categoria de publicação nacional.

estrutural (Velho & León 2012). Resgatar e trazer à tona o trabalho dessas mulheres é uma forma não só de resgatar ângulos não explorados da história da AC brasileira, como também de ir contra o movimento de apagamento dessa parte importante da história das mulheres que fazem e contribuem significativamente para a ciência. Por isso, neste estudo, pretendemos apresentar como a produção e a carreira acadêmico-científica dessas mulheres vêm sendo retratada pela área e investigar o papel que a presença feminina teve na constituição e consolidação da AC no Brasil. Para esse objetivo, realizamos um levantamento bibliográfico em nove bases de dados de periódicos científicos e em quatro periódicos nacionais da área de AC (como mostrado na Tabela 1), sem restrição de data, utilizando as seguintes combinações de buscadores: “início da Análise do Comportamento”, “história”, “Análise do Comportamento”, “Brasil”, “mulheres”, “behaviorismo”, e “pesquisa histórica”, bem como suas respectivas traduções para o inglês.

Inicialmente, foram selecionados todos os artigos que continham um

ou mais dos buscadores citados e aqueles que mostrassem uma ou mais palavras-chave semelhante aos buscadores utilizados. A partir do título, resumo e, se necessário, a leitura completa do artigo, foram selecionados aqueles trabalhos que abordavam, por meio de estudos de caso ou históricos, os 20 primeiros anos da AC no Brasil e aqueles que continham informações históricas ou documentação sobre este período. Foram encontrados 2730 artigos e, destes, 16 foram selecionados seguindo os critérios descritos.

A Figura 1.1 mostra a distribuição de artigos publicados por ano sobre a temática. Mesmo sem a existência de limitação de período temporal nas buscas, somente dois artigos foram publicados antes do ano 2000 e a maioria (nove dos 16 artigos) se concentra no período pós-2010. Esta informação corrobora o trabalho de Cruz (2006), comprovando a existência de uma lacuna a ser preenchida nesse âmbito, uma vez que existem poucas pesquisas históricas acerca da AC no país.

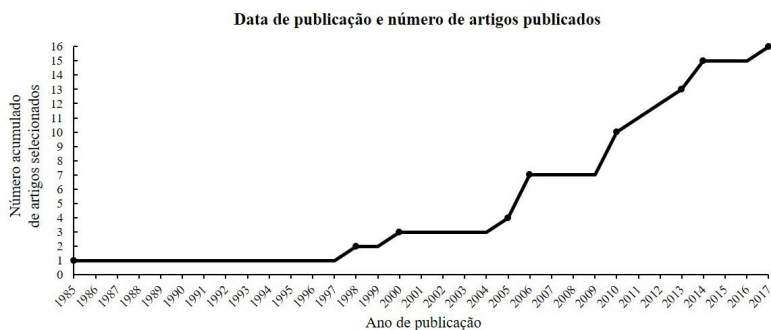


Figura 1.1: Distribuição do número de artigos encontrados de acordo com as datas de publicação dos mesmos. A curva acumulada mostra o crescimento acelerado de publicações sobre história da AC a partir de 2010.

Ao se buscar um resgate histórico da construção de uma ciência, como no caso da AC, é crucial considerar que a relação entre o comportamento do cientista, a comunidade científica e o contexto cultural em que cientista e comunidade se inserem são aspectos indissociáveis. A complexidade e a amplitude dessas variáveis nos impossibilitam contar toda a história e estamos limitadas e limitados, de forma que qualquer tentativa de concretizar tal tarefa resulta em esboços da história. (Cruz, 2006). Tais esboços, entretanto, não perdem seu valor porque tornam possível identificar ao

Gênero dos nomes citados como "catalisadores" da AC no Brasil

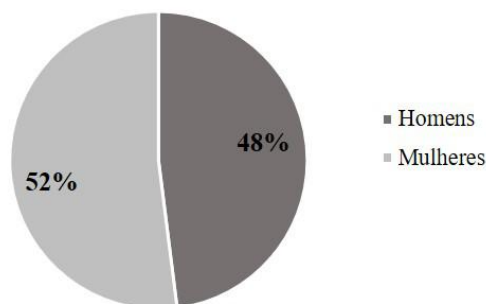


Figura 1.2: Distribuição por gênero dos nomes da área de AC, citados nos artigos selecionados para o estudo, considerados "catalisadores" da AC no Brasil entre 1960 e 1985.

menos algumas das variáveis presentes na cultura daquele momento que se relacionam com o comportamento não só de uma cientista ou um cientista, mas de toda uma comunidade científica, de acordo com o contexto cultural e histórico (Cruz, 2006). Este capítulo é um exemplo de como podemos utilizar essas relações para recontar a história, estando nós mesmas inseridas num contexto diferente e analisar, com base nas informações atuais, como se deu a construção da AC para compreender como e por que se deu o apagamento sistemático de inúmeras histórias e contribuições de mulheres ao longo do desenvolvimento da área.

Os artigos selecionados na busca relatavam acontecimentos ocorridos entre 1960 e 1985, configurando os primeiros 25 anos da AC no país, e citavam um total de 55 nomes da pesquisa e da academia na área de AC e Behaviorismo Radical. Dentre esses, 29 eram mulheres, configurando 52% do total, como podemos observar na Figura 2. A participação feminina no início da AC brasileira parece seguir a tendência expressa na Psicologia como um todo, demonstrada anteriormente, em que a participação das mulheres cai de 89% de estudantes na graduação em Psicologia (Rosemberg, 1984) para uma participação de 56,6% nos quadros docentes (DIEESE,

2016), e continua diminuindo para 52% das pesquisadoras consideradas importantes para “catalisação” da AC. Pode parecer uma comparação entre desiguais, dado que se compara a porcentagem total de alunas de graduação nos cursos de Psicologia com a porcentagem de pesquisadoras cujos papéis dentro da área de AC são considerados fundantes. Porém, é de se pensar como os homens passam de 11% dos estudantes de graduação em Psicologia daquela época (entre 1960 e 1980) para mais da metade dos grandes pesquisadores de uma ciência, enquanto a maioria das mulheres não ultrapassa os níveis da graduação e pós-graduação. Dado o contexto histórico do início da AC no Brasil, podemos buscar compreender esses dados como resultado dos papéis de gênero fortemente arraigados que desestimulavam então, e ainda desestimulam hoje, um maior envolvimento feminino profissional e acadêmico.

Mesmo com representação ligeiramente diminuída, relativamente à representação dos homens (29 mulheres para 26 homens citados), os números apresentados são importantes, pois salientam que apesar de todo o contexto histórico envolvido, mulheres estiveram e foram presentes ativamente na formação de analistas do comportamento e na disseminação de laboratórios de Análise Experimental do Comportamento pelo país. Mostram também como a percepção do papel das mulheres na área é subestimada pelas próprias cientistas e pelos próprios cientistas, já que um levantamento informal entre colegas analistas do comportamento tende a mostrar que, além das Professoras Carolina Bori, Maria Amélia Matos e algumas outras, a maioria das pesquisadoras e dos pesquisadores de AC não tem informações sobre essa participação fundamental das mulheres na área.

Dentre os 16 artigos selecionados para este estudo, 62% deles são de autoria estritamente masculina. Esse dado é muito interessante se levarmos em consideração a discussão acerca do “Efeito Matilda” e como o gênero influencia nas escolhas de coautores: a maioria esmagadora dos artigos é escrita somente por homens e, em sua maioria, somente com outros homens como parceiros. Esse dado, aliado às informações já citadas da acerca da proporção de mulheres na Psicologia, nos mostra que esse efeito não acontece por falta de profissionais femininas nas áreas científicas, mas porque homens sistematicamente excluem as mulheres do fazer científico. Pode-se inferir, portanto, que é mais um exemplo prático do “Efeito Matilda”.

A representação das mulheres na AC vem sendo analisada há tempos

no âmbito internacional. O trabalho de Poling et al. (1983) foi pioneiro desta área ao avaliar a contribuição das mulheres na produção científica da área no que diz respeito à autoria dos artigos publicados e na participação de mulheres nos conselhos editoriais dos principais periódicos internacionais. Esse estudo mostrou tendências crescentes na representação das mulheres como analistas do comportamento, ainda que essa participação não seja representativa do total de mulheres na área, em relação ao número relativo de homens. A pesquisa de Nosik (2018) mostra um aumento considerável da participação feminina na AC em diversas faixas etárias, o que demonstra que o aumento de cientistas mulheres é uma das ferramentas necessárias para promover mudanças de contingências necessárias para se alcançar a equidade, mesmo que os avanços sejam feitos aos poucos (Rossi, 1965).

Ao longo da leitura dos artigos selecionados para este estudo, percebemos que a participação feminina na formação da AC como área científica no Brasil se deu, principalmente, em três categorias de atuação distintas, ainda que sobrepostas em alguns casos: 1. a importância dessas profissionais no ensino da AC durante os anos iniciais da Psicologia no Brasil; 2. suas contribuições para o conhecimento analítico-comportamental nas áreas de pesquisa básica e aplicada; e 3. seu papel na difusão da AC como ciência e das tecnologias advindas desta. Desse modo, foi possível compreender de maneira mais acurada como se deram suas contribuições ao longo da formação da AC no país. A Tabela 1.2 mostra a distribuição das mulheres mencionadas nos artigos selecionados entre categorias formuladas. A atribuição das analistas do comportamento às categorias se deu seguindo os seguintes critérios:

1. Contribuições Para o Ensino: quando, nos artigos selecionados, foram citadas informações acerca da carreira docente como Universidade, período de docência, disciplinas ministradas e afins.
2. Contribuições Científicas (Pesquisa): quando foram descritos o desenvolvimento ou estabelecimento de linhas de pesquisa e de laboratórios e/ou participação e orientação de alunos em laboratórios de pesquisa.
3. Contribuições Para a Difusão da AC: quando foram encontradas informações sobre a elaboração de livros para públicos diversos, participação na consolidação de políticas públicas, fundação ou participação em cursos de outras áreas (pedagogia, biologia, enfermagem,

etc.), clínicas e institutos.

De um total de 29 mulheres citadas como “catalisadoras” e pioneiras da consolidação da AC no Brasil, quatro dos 16 artigos selecionados apresentam a maioria das mulheres (16 citadas) na categoria de Difusão da Análise do Comportamento, novamente seguindo a tendência, verificada tanto em outras áreas da Psicologia quanto dentro da AC, da presença feminina mais expressiva nas áreas aplicadas (ou seja, na prestação de serviços psicológicos) do que nas áreas científicas. Nas categorias de Contribuição Científica (Pesquisa) e de Ensino foram alocadas 10 e oito analistas do comportamento, respectivamente. Nota-se, também, que as Professoras Carolina Bori e Maria Amélia Matos aparecem nas três categorias, atestando sua importância para a AC brasileira. A Professora Dora Fix Ventura tem seu papel categorizado, também, tanto em Contribuição Científica (Pesquisa) como em Ensino. Em contraste com esse reconhecimento da área a essas pesquisadoras e professoras, temos o nome da Professora Luzidéia, citada no artigo de Barbosa, Costa, Ulian e Lima (2017), sobre a qual não encontramos maiores informações, nem mesmo sobre seu nome completo. O fato de essa professora ser somente citada em um estudo sobre a AC no Nordeste, região historicamente negligenciada nas políticas educacionais e científicas do país, não nos foge à atenção.

Para uma melhor visualização e entendimento do desenvolvimento da AC no Brasil através das contribuições das mulheres da área, foi elaborada uma linha do tempo com as informações coletadas nos artigos selecionados, mostrada na Tabela 1.3. Podemos ver, nessa cronologia, a expressiva participação das mulheres desde o lançamento das bases experimentais da AC no Brasil, com a fundação de laboratórios experimentais e intercâmbio com pesquisadores internacionais já estabelecidos, passando pelo ensino de disciplinas de Análise Experimental do Comportamento e outras disciplinas de Psicologia sob a ótica analítico-comportamental, até o início da clínica comportamental, estabelecendo a área aplicada e a prestação de serviços em Análise do Comportamento Aplicada.

Tabela 1.2: Categorização da participação feminina na formação da AC, segundo os artigos selecionados para o estudo.

Categoria	Referência	Analistas do comportamento citadas
Ensino	Barbosa et al., 2017	Ana Lúcia Ulian Sandra Eli Bachiega
	Miranda & Cirino, 2010	Carolina Bori Maria Amélia Matos
	Todorov & Hanna, 2010	Margarida Windholz Dora Fix Ventura Maria Inês Rocha e Silva Vera Konigsberger
Contribuição científica (Pesquisa)	Miranda & Cirino, 2010	Maria Amélia Matos Dora Fix Rachel Kerbaux Maria José Vasconcellos Adélia Teixeira Sonia dos Santos Castanheira
	Todorov & Hanna, 2010	Elenice Ferrari Deisy das Graças de Souza Herma Drachenberg
	Fidalgo, 2014	Carolina Bori
Difusão da Análise do Comportamento	Miranda & Cirino, 2010	Carolina Bori Maria Amélia Matos
	Todorov & Hanna, 2010	Maria Helena Leite Hunziker
	Polanco, 2014	Ione Scarpelli Pereira
	Barbosa et al., 2017	Mercedes Cunha de Carvalho Marilena Ristum Márcia Bonagamba Vera Otero Marlene Gonzales Anamélia Araújo de Carvalho Ana Cecília Sousa Bittencourt Bastos Ana Helena Galvão Márcia Miriam Gomes Liana Sodré Zorilda Goes Profa. Luzidéia*

*Não há informações sobre o nome completo dessa analista do comportamento.

Tabela 1.3: Linha do tempo das participações e contribuições das mulheres analistas do comportamento nos primeiros 20 anos da AC no Brasil, conforme descrito nos artigos selecionados para este estudo.

Período	Participação das analistas do comportamento	Referências
1960-1970	Deisy das Graças de Souza, então bolsista de iniciação científica, Elenice Ferrari e outros estudantes desenvolvem pesquisas sobre controle aversivo, reconhecidas por sua qualidade e originalidade e publicadas em revistas internacionais.	Todorov & Hanna, 2010
1961	Maria Amélia Matos, Dora Fix Ventura, Margarida Windholz, Vera Konigsberger e Maria Inês Rocha e Silva são as primeiras alunas do curso oferecido por Keller durante sua primeira vinda ao Brasil.	Todorov & Hanna, 2010
1961-1962	Maria Amélia Matos e Carolina Bori trabalham como assistentes do professor Keller. Foram responsáveis pelo primeiro laboratório de AC no Brasil.	Cirino, 2012
1962	Bori se torna uma das primeiras professoras de Psicologia do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Rio Claro, interior de SP. Herma Drachenberg, sob supervisão de Carolina Bori, desenvolve em conjunto com outro cientista um protótipo do <i>Personalized System of Instruction</i> (PSI, da sigla em inglês para Sistema Personalizado de Ensino)	Todorov & Hanna, 2010
1963-1964	Carolina Bori lidera a formação do Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB).	Cirino, 2012
1965	Maria Helena Leite Hunziker e outro cientista fundam o primeiro centro voltado para formação de AC da cidade de Campinas-SP.	Hanna & Todorov, 2010
1968	Criação do curso de Psicologia na Universidade Federal da Bahia. Profa. Mercedes Cunha de Carvalho é uma das principais colaboradoras, participando da elaboração da grade curricular.	Barbosa et al., 2017
1969	Carolina Bori ministra um curso que versa sobre Psicologia Social Experimental, considerado marco para o início da AC na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ione Scarpelli Pereira, então professora da UFMG,	Miranda & Cirino, 2010 Polanco, 2014

Tabela 1.3: Linha do tempo das participações e contribuições das mulheres analistas do comportamento nos primeiros 20 anos da AC no Brasil, conforme descrito nos artigos selecionados para este estudo.

Período	Participação das analistas do comportamento	Referências
1969-1971	Bori ministra aulas no programa de pós-graduação em Psicologia Experimental da USP.	Miranda & Cirino, 2010 Nale, 1998
	Alguns dos principais trabalhos em AC no início da década de 1970 são orientados por Bori.	
	Maria Amélia Matos é responsável por montar o laboratório de comportamento operante, trazendo material dos EUA para a UFMG.	
	Dora Fix coordena o Laboratório de Psicologia Sensorial da UFMG. Carolina Bori e Maria Amélia Matos recebem professores de outras universidades interessados em AC (intercâmbio entre UFMG e USP-São Paulo)	
1969-1979	Todas as pesquisas sobre comportamento verbal produzidas neste período (totalizando seis estudos) são orientadas por Carolina Bori – enquanto professora da USP.	Fidalgo, 2014
1970	Rachel Kerbauy escreve o manual “Análise Experimental do Comportamento: exercícios de laboratório”, utilizado amplamente no desenvolvimento do laboratório de AC na UFMG. Seus métodos foram minuciosamente seguidos por discentes e docentes. Maria José Vasconcellos e Sonia Castanheira atuam neste laboratório	Miranda & Cirino, 2010 Polanco, 2014
	(Uma curiosidade: o primeiro laboratório de pombos da UFMG foi montado dentro de um dos banheiros do departamento.)	
1970-1971	Sonia Santos Castanheira, graduada em Psicologia pela UFMG, que se tornara professora da mesma universidade nos anos 60, inicia pesquisas em AC envolvendo pombos no laboratório didático.	Cirino, 2012
1971	Redação do Regulamento do Laboratório de Psicologia da UFMG, documento assinado por Sonia dos Santos Castanheira.	Miranda & Cirino, 2010 Barbosa et al., 2017
	Carolina Bori auxilia na instalação do laboratório de Psicologia Experimental da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Na época foram contratadas duas psicólogas recém-formadas para ministrar aulas: Marilena Ristum e Márcia Bonagamba.	
1971-1972	As docentes Maria José Vasconcellos e Maria Amélia Matos são responsáveis pelo I Encontro de Psicologia Experimental na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.	Miranda & Cirino, 2010

Tabela 1.3: Linha do tempo das participações e contribuições das mulheres analistas do comportamento nos primeiros 20 anos da AC no Brasil, conforme descrito nos artigos selecionados para este estudo.

Período	Participação das analistas do comportamento	Referências
1972	Vera Otero e Marlene Gonzales substituem Ristum e Bonagamba em seu trabalho na UFMA.	Barbosa et al., 2017
1973	Anamélia Araújo de Carvalho assume a coordenação do Laboratório e o ensino de Psicologia Experimental da Universidade Federal da Bahia (UFBA), junto com algumas egressas como Ana Cecília Sousa Bittencourt Bastos, Ana Helena Galvão, Márcia Miriam Gomes, dentre outras. Este grupo é o primeiro a exercer profissionalmente a terapia comportamental em Salvador-BA.	Barbosa et al., 2017
1974	Adélia Teixeira é orientanda de Doutorado de Bori na USP-SP.	Miranda & Cirino, 2010
1979	Ana Lúcia Ulian, formada pela Universidade de Londrina(UEL) juntamente com Liana Sodré e Zorilda Goes integraram o grupo de ensino da disciplina de Psicologia Experimental da UFBA.	Barbosa et al., 2017
1984	Ana Lúcia Ulian assume a coordenação do Laboratório e as disciplinas de Psicologia Experimental 1 e 2 da UFBA (trabalhos que reveza com outro professor). Estas disciplinas propunham um programa que se utilizava de artigos com conteúdo clínico e metodologia experimental. Posteriormente faz parte do quadro de supervisores do Estágio em Clínica da mesma universidade. É fundado o segundo curso de Psicologia na Universidade de Fortaleza (UNIFOR).	Barbosa et al., 2017
1985	As disciplinas de AC são ministradas pela Profa. Luzidéia, ex-aluna da Universidade Federal do Ceará (UFC). A Profa. Sandra Eli Bachiega é contratada pela UFC e se torna responsável por supervisões na área clínica utilizando terapia comportamental.	Barbosa et al., 2017

1.4 Considerações Finais

A invisibilização e o silenciamento das mulheres no contexto científico têm sido mostrados em diversos estudos das áreas de Sociologia, Antropologia e História, desde o impedimento inicial da participação feminina nas universidades, até o completo apagamento das cientistas responsáveis por descobertas críticas para a evolução científica em seus campos. Na Psicologia de modo geral, e na AC em particular, esse cenário não é diferente, porém a AC tem progressivamente reparado essa desigualdade histórica reconhecendo aos poucos o papel das mulheres pioneiras da área na fundação da ciência e da prestação de serviços em AC no país, muito por iniciativa das próprias pesquisadoras, como este estudo atesta.

Para uma melhor compreensão das variáveis históricas e sociais implicadas nas práticas culturais de silenciamento e invisibilização das mulheres na sociedade e na ciência é preciso que tenhamos informações mais precisas sobre a presença e a participação feminina, com dados demográficos específicos sobre o número de mulheres nas associações da área, sua participação nos congressos, nas publicações e nos vários campos de aplicação da AC. McSweeney, Donahoe e Swindell (2000) sugerem a aplicação e acompanhamento de estatísticas formais sobre a participação de mulheres e minorias na AC como uma das estratégias para buscar a equidade da produção e do acesso à academia. Dessa forma, teremos um quadro mais preciso da situação de desigualdade entre os gêneros dentro da área, primeiro passo para a proposição de intervenções para modificar os sistemas de opressão de gênero. E, assim como Nosik (2018), encorajamos as futuras pesquisadoras e os futuros pesquisadores a continuar investigando as variáveis ambientais e práticas culturais de desigualdade de gênero e seus impactos, em prol de uma ciência analítico-comportamental mais igualitária.

Por fim, uma observação deve ser feita a respeito do conceito de mulher utilizado neste estudo: partimos do princípio da distinção de categorias de gênero (feminino e masculino) socialmente construídas, de acordo com teóricas feministas como Rubin (1975) e Lerner (1986), e analistas do comportamento feministas como Ruiz (2003)². Entretanto, é importante levar em consideração que a categoria mulher não é única e sim múltipla (Esmeraldo, 2006). Variáveis como raça, orientação sexual, identidade de

² Para maiores discussões sobre o conceito de gênero e as considerações analítico-comportamentais feitas a partir dele, ver o capítulo 02 neste livro.

gênero e classe social das analistas do comportamento pioneiras citadas neste estudo não foram levadas em consideração por falta destas informações em documentos históricos e nos artigos encontrados. Sabe-se, no entanto, que o perfil da população com nível universitário nas décadas de 1960 a 1980, no Brasil, era de homens brancos, heterossexuais e cisgêneros (ao menos publicamente), originários das classes sociais mais altas (Ristoff, 2014). Tendo em vista este contexto histórico-cultural, pode-se inferir que a maioria - para não dizer a totalidade - das mulheres citadas aqui se enquadra nos mesmos padrões de raça, orientação sexual e identidade de gênero públicas, além de compartilharem da mesma classe social. Tais interseccionalidades são frequentemente negligenciadas, portanto é necessária a realização de pesquisas que foquem em tais recortes para que possamos vislumbrar os seus impactos na construção da ciência. Nomes, histórias e contribuições foram e continuam sendo apagadas de forma recorrente - e o caso das mulheres é o mais evidente.

Referências Bibliográficas

- Araújo, M. F. (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: Revisitando o debate. *Psicologia Clínica*, 17(2), 41-52.
- Barbosa, J. I. C., Costa, N., Ulian, A. L. A. O., & Lima, L. S. (2017). Memórias da Análise do Comportamento no Nordeste: Bahia, Ceará e Maranhão. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19, 61-70.
- Camargo, W. X., & Kessler, C. S. (2017). Além do masculino/feminino: Gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. *Horizontes Antropológicos*, 47, 191-225.
- Costa, M. C. (2006). Ainda somos poucas: Exclusão e invisibilidade na ciência. *Cadernos Pagu*, 27, 455-459.
- Couto, A. (2012). História da Análise do Comportamento no Brasil. *Revista Online Comporte-se: Psicologia e Análise do Comportamento*. Retirado de: <http://www.comportese.com/2012/02/historia-da-analise-do-comportamento-no-brasil/>
- Cruz, R. N. (2006). História e Historiografia da Ciência: considerações para pesquisa histórica em análise do comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8(2), 161-178.
- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. (2016). Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro. Retirado de: <http://bit.ly/dieese2016>
- Esmeraldo, G. G. S. L. (2006). O feminismo no plural: Para pensar a diversidade constitutiva das mulheres. *Revista Estudos Feministas*, 14(3), 829-831.
- Ferreira, M. C. R. (1985). The study of behavioural development in Brazil: Contemporary research, teaching, and practice. *International Journal of Behavioral Development*, 8, 139-151.

- Ferreira, M. C. (2004). Sexismo hostil e benevolente: Inter-relações e diferenças de gênero. *Temas em Psicologia*, 12(2), 119-126.
- Foucault, M. (2003). *História da Sexualidade, Volume I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal. (Trabalho original publicado em 1988).
- Knobloch-Westerwick, S., Glynn, C. J., & Hoge, M. (2013). The Matilda effect in science communication: An experiment on gender bias in publication quality perceptions and collaboration interest. *Science Communication*, 35(5), 603-625.
- Lee, J. J. (2013). Six women scientists who were snubbed due to sexism. *National Geographic*. Retirado de: <http://bit.ly/leejj2013>
- Lerner, G. (1986). *The Creation of Patriarchy*. New York: Oxford University Press.
- Macêdo, G. S., & Macedo, K. B. (2004). As relações de gênero no contexto organizacional: O discurso de homens e mulheres. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 4(1), 61-90.
- Matos, M. A., & Carvalho, A. M. A. (1998). Carolina Martuscelli Bori: Uma cientista brasileira. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 411-420.
- McSweeney, F. K., Donahoe, P., & Swindell, S. (2000). Women in applied behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 23(2), 267-277.
- Miranda, R. L., & Cirino, S. D. (2010). Os primeiros anos dos laboratórios de análise do comportamento no Brasil. *Psychologia Latina*, 1(1), 79-87.
- Moraes, E. (2012). Ser mulher na atualidade: A representação discursiva da identidade feminina em quadros humorísticos de Maitena. Em I. Tasso & P. Navarro, (Orgs.), *Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas*, (pp. 259-285). Maringá: Eduem.
- Nosik, M. R., Luke, M. M., & Carr, J. E. (2018). Representation of women in Behavior Analysis: An empirical analysis. *Behavior Analysis: Research and Practice*, 1(2), 1-9.
- Organização das Nações Unidas. (2015). Minimum Set of Gender Indicators. Disponível em <https://genderstats.un.org>
- Ortiz, E., & Silva, M.R. (2016). O uso de abordagens da História da Ciência no ensino de biologia: Uma proposta para trabalhar a participação da cientista Rosalind Franklin na construção do modelo da dupla hélice do DNA. *Investigações em Ensino de Ciências*, 21(1), 106-123.
- Poling, A., Grossett, D., Fulton, B., Roy, S., Beechler, S., & Wittkopp, C. J. (1983). Participation by women in behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 6, 145-152.

- Ristoff, D. (2014). O novo perfil do campus brasileiro: Uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), 19(3), 723-747.
- Rosemberg, F. (1984). Afinal, por que somos tantas psicólogas? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 4(1), 6-12.
- Rossi, A. (2012). Women in science: Why so few? *Science*, 148(3674), 1196-1202.
- Rossiter, M. W. (1993). The Matthew Matilda effect in science. *Social Studies of Science*, 23(2), 325-341.
- Rubin, G. (1975). The traffic in women. Em: R. Reiter, (Org.), *Towards an Antropology of Women*, (pp. 160-207). New York: Monthly Review Press.
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4, 12-16.
- Da Silva, W.A. (2015). Foucault e indigência: As formas de silenciamento e invisibilização dos sujeitos. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, 6(3), 111-128.
- Sousa, L. P., & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: Um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30(87), 123-139.
- Souza, M. R. F., & Fonseca, M. C. F. R. (2008). Mulheres, homens e matemática: Uma leitura a partir dos dados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional. *Educação e Pesquisa*, 34(3), 511-526.
- Todorov, J. C., & Hanna, E. S. (2010). Análise do Comportamento no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(SpE), 143-154.
- Todorov, J. C. (2004). Da aplysia à constituição: Evolução de conceitos na análise do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(2), 151-156.
- Velho, L., & León, E. (2012). A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, 10, 309-344.
- Woolf, V. (1985). Um teto todo seu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1928.)
- West, J. D., Jacquet, J., King, M. M., Correll, S. J., & Bergstrom, C. T. (2013). *The role of gender in scholarly authorship*. PloS ONE, 8(7), e66212.

Capítulo 2

Pontes entre o feminismo interseccional e a análise do comportamento

Táhcita Medrado Mizael

O feminismo pode ser conceituado, grosso modo, como um movimento de luta pela conquista de direitos iguais entre os homens e as mulheres. Ele costuma ser dividido em três grandes ondas, a primeira da metade do século XIX até os anos 1960, a segunda entre a década de 1960 e os anos 1980, e por fim, a terceira, da década de 1980 até os anos atuais (e.g., Nogueira, 2017). Em resumo, as pautas das lutas na primeira onda envolveram o desejo de emancipação das mulheres, as quais eram dependentes e subordinadas a seus maridos, além da reivindicação de direitos que apenas os homens tinham, como o direito de votar.

Na segunda onda, com o início da participação das mulheres brancas de classe média e alta no mercado de trabalho, uma pauta bastante presente foi o reconhecimento da opressão sobre as mulheres, especialmente na família nuclear e no trabalho. Em 1949, com a publicação de “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, muitas mulheres utilizaram o livro como inspiração para as lutas ao reconhecerem que elas eram consideradas menos cidadãs que seus parceiros homens. Nesse contexto, a frase “não se nasce mulher, torna-se” ficou internacionalmente famosa, sendo

utilizada como base para a divisão entre o sexo designado no nascimento – vinculado ao aparato biológico e, portanto, considerado natural, dos homens e mulheres – e o gênero (masculino e feminino) – caráter social das diferenças sexuais entre homens e mulheres, algo considerado construído e não natural (e.g. Piscitelli, 2002; Scott, 1995).

Um slogan nessa fase que ficou muito famoso foi “O pessoal é político”, utilizado para evidenciar que qualquer tipo de violência ocorrida no âmbito familiar não deveria ser ocultado; pelo contrário, as violências deveriam ser expostas para que a vítima pudesse ser ajudada e o perpetrador, responsabilizado. Outras pautas presentes foram a defesa do direito à contracepção e ao aborto, questionamentos envolvendo a sexualidade, como a existência da heterossexualidade compulsória (Rich, 1980/2010) e a objeção ao tratamento das mulheres como objetos na publicidade, na pornografia e também nas artes (e.g., Nogueira, 2017; Schiebinger, 2008).

O leitor mais crítico pode, desde o início do texto, ter se perguntado sobre quais mulheres e quais homens foram referidos até o momento, uma vez que homens e mulheres negras eram obrigados a trabalhar em condições sub-humanas e sem poder exercer uma série de direitos que as pessoas brancas tinham, como o direito de estudar. Além disso, para uma variedade de pessoas (como as mulheres lésbicas, homens negros, indivíduos com deficiências, pessoas que moram no campo, etc.), seus marcadores sociais (características físicas e/ou simbólicas) as colocam em diferentes posições. Sendo assim, suas reivindicações seriam diferentes, por terem uma vida distinta da maioria das mulheres que “protagonizaram” (por terem condições de fazê-lo) os feminismos mais conhecidos.

Foi na segunda onda também que o feminismo negro surgiu com mais força, denunciando que as demandas e reivindicações existentes até o momento no feminismo eram pautadas na experiência de mulheres brancas, ocidentais e da classe média. Um relato muito importante, ainda no período da primeira onda, foi o de Sojourner Truth, na Convenção dos Direitos das Mulheres ocorrida em 1851, que denunciava naquela época os perigos da essencialização da categoria “mulher”:

Aquele homem lá diz que uma mulher precisa ser ajudada ao entrar em carruagens, e levantada sobre as valas, e ficar nos melhores lugares onde quer que vá. Ninguém me ajuda em lugar nenhum! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço. Eu arei, eu plantei e eu recolhi

tudo para os celeiros. E nenhum homem pode me auxiliar. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem (...) e suportar o chicote tão bem quanto! E eu não sou uma mulher? Eu dei à luz a crianças e vi a maior parte delas ser vendida como escravas. E quando eu chorei com o sofrimento de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouviu. E eu não sou uma mulher? (Brah & Phoenix, 2004, p. 77).

A terceira onda do feminismo é marcada por uma diversidade e pluralidade de pensamentos e posicionamentos, com destaque para 1) o feminismo pós-moderno e pós-estruturalista (e.g., Butler, 2003), que questiona a noção da existência de uma identidade coerente e estável; 2) a presença de posições teóricas que problematizam concepções feministas essencialistas (e.g., Butler, 2001; Louro, 2008) e 3) críticas com relação a separação de sexo e gênero, com o primeiro considerado uma diferença natural e o segundo, artificial/construído (e.g., Nicholson, 2000), uma vez que não existe sexo pré-discursivo (Butler, 2003) e também com relação a concepções monolíticas da subjetividade. Assim, a desconstrução, a diversidade e a fragmentação identitária são características bastante presentes na terceira onda.

Assim, o feminismo, ou melhor, os feminismos não são movimentos monolíticos ou homogêneos. Sua divisão em ondas tampouco é acurada, uma vez que pode dar a impressão errônea de que as ideias surgiram em um mesmo momento e foram substituídas por novas demandas, sem que as demandas antigas subexistissem ou que houvesse pontos discordantes nos discursos das feministas. Além disso, é importante frisar que as demandas reivindicadas nessas três ondas consistiam, sumariamente, das demandas de mulheres brancas da classe média, muitas delas estadunidenses (Piscitelli, 2002; Nogueira, 2017).

2.1 Epistemologia feminista e críticas à concepção de ciência moderna

Pelo menos desde a década de 1970, muitas feministas, especialmente as acadêmicas, começaram a criticar as concepções de ciência correntes. Elas perceberam uma relação entre os conhecimentos científicos produzidos e problemas centrais do movimento, como a subordinação das mulheres em

diversos âmbitos. As feministas criticaram fortemente o uso do masculino como universal, a exclusão ou subordinação das mulheres como objeto de pesquisa e como pesquisadoras, o enviesamento androcêntrico e as lacunas e generalizações nas pesquisas (Schiebinger, 2008). Como exemplo tem-se as pesquisas sobre ansiedade e depressão. A maioria dos estudos sobre modelos animais é feito com ratos machos, e os ensaios clínicos com homens. Os resultados, contudo, são generalizados para toda a população. Além disso, durante muitos anos houve uma naturalização das diferenças entre os sexos como produtos biológicos (e.g., a inteligência, habilidades viso-espaciais e a coordenação motora foram consideradas habilidades que somente os homens tinham, apesar de haver dados mostrando que essas habilidades são aprendidas contextualmente). No entanto, hoje sabe-se que meninos muitas vezes desenvolvem mais as habilidades de raciocínio viso-espacial e coordenação motora fina, por exemplo, pela exposição a brinquedos os quais as meninas são proibidas e/ou fortemente punidas ao brincar (e.g., Porto, 2016; Schiebinger, 2008).

Até mesmo campanhas de saúde veiculadas televisivamente são focadas no masculino. Pense em quais são os sintomas de infarto do miocárdio. Dor no peito, náuseas, suor frio e desmaios, certo? Na verdade, nas mulheres muitos sintomas do infarto do miocárdio são diferentes e envolvem, por exemplo, falta de ar, cansaço inexplicável e arritmia (*National Institute of Health*, 2012). Além disso, a representação do óvulo e espermatozoide como agentes passivo e ativo, respectivamente, em livros didáticos, vídeos e outros tipos de mídia também é incorreta (e.g., Keller, 2006).

Com base nas diversas críticas à concepção de ciência corrente na época, algumas epistemologias feministas foram desenvolvidas, com posições que variavam desde as mais liberais até as mais radicais. Nas posições mais liberais, há certa concordância com os pressupostos da ciência moderna e o foco é em pesquisas sobre questões que dizem mais respeito às mulheres. Assim, as feministas que adotam as posições mais liberais consideram que a ciência é neutra e desinteressada, que conhecedor e conhecido estão separados, que a ciência pode ser objetiva, etc., mas que é necessário focar os estudos nas experiências das mulheres. Por outro lado, as posições mais radicais vão questionar inclusive a objetividade e a racionalidade como bases da metodologia científica, evidenciando que a ciência está imbrincada na política e na ideologia, ou seja, que é impossível uma pesquisa ser neutra e/ou objetiva (Nogueira, 2017).

Assim, por exemplo, no empiricismo feminista, parte-se de uma concepção na qual é possível corrigir os vieses androcêntricos e sexistas se as regras da pesquisa científica forem cumpridas à risca. Para as teorias de *standpoint* feministas (e.g., Harding, 1986), por outro lado, além de seguir as normas da pesquisa científica de maneira estrita, é necessário que se pesquise sobre as mulheres, suas experiências e concepções sobre os acontecimentos. Por fim, uma terceira epistemologia feminista vai advogar a recusa a qualquer discurso universalizante, fomentando a existência de conhecimentos situados, ou seja, que uma pesquisa realizada em determinado local e contexto pode ter (e provavelmente terá) resultados distintos da mesma pesquisa realizada em outro local e/ou contexto. As duas primeiras abordagens, portanto, possuem uma concepção universal e generalizante da mulher, essencializando-a, que é justamente o que a terceira abordagem busca evitar.

2.2 Interseccionalidades

O termo interseccionalidade tem sido utilizado em uma variedade de contextos, sendo considerada um método de pesquisa, uma teoria, uma abordagem, um paradigma, um conceito, uma metáfora analítica, entre outros (e.g., Davis, 2008). Historicamente, o estudo das interseccionalidades foi fortemente influenciado pelo feminismo negro, ou seja, um dos movimentos feministas nos quais as mulheres negras perceberam que a intersecção entre diferentes marcadores sociais, especialmente raça e gênero, dificultava sua identificação com as lutas feministas (principalmente nas décadas de 1960 a 1980) e pelos direitos civis. O relato de Falcón (2009) ilustra isso:

As ativistas mulheres de cor dessa época eram frequentemente forçadas a optar por um dos lados entre as lutas feministas e as dos direitos civis. Fazer a escolha era difícil para mulheres de cor porque suas experiências não eram apenas baseadas em raça *ou* gênero, mas em raça e gênero. Frustradas com feministas brancas que fracassaram em integrar o antirracismo em seu ativismo e com homens de cor que fracassaram na luta contra seu sexismo, as mulheres de cor começaram a se organizar e vocalizar suas questões [específicas] (Falcón, 2009, p. 467, *itálicos adicionados*).

Assim, o termo *feminismo interseccional* tem sido utilizado para denominar feminismos nos quais as interseccionalidades são levadas em consideração nas análises, ou seja, que ser mulher pode produzir formas de opressão, mas que essa característica não é (ou não deveria ser) considerada a única ou a mais importante forma de opressão.

O primeiro registro do termo interseccionalidade foi feito pela pesquisadora estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989, para se referir à abordagem que leva em consideração a interação entre diversas formas de subordinação. A Teoria da Interseccionalidade (TI) parte de um questionamento relacionado aos feminismos mais “tradicionais”, que abordavam, entre outras coisas, as diferenças de gênero, no sentido de masculino/feminino. Nesse sentido, em vez de pesquisar as diferenças entre homens e mulheres, a TI ressalta a importância de se pesquisar também as diferenças entre as próprias mulheres. O objetivo de tal empreitada é reduzir os essencialismos, ao descentrar os discursos dominantes focados, primordialmente, nas diferenças entre homens e mulheres brancos e de classe média de sociedades ocidentais (Henning, 2015; Nogueira, 2017).

Para a TI, todo conhecimento é considerado 1) socialmente construído e 2) parcial e limitado historicamente ou politicamente. Além disso, a TI enfatiza a importância de coexistirem uma variedade de posições, indicando, portanto, que os posicionamentos de determinado indivíduo dependem de sua história de vida, dos contextos aos quais ele foi exposto e das experiências que teve. Desse modo, diferentes marcadores sociais são dotados de diferentes valorações em diferentes contextos, o que expõe o caráter relacional de aspectos e características humanas. Na TI, o foco de análise é a interação ou intersecção entre as várias categorias ou identidades a qual uma pessoa pertence (marcadores sociais), como raça, sexo designado no nascimento, identidade de gênero, orientação sexual, deficiências, classe, idade/geração, território, nacionalidade, corporalidade, etc. (Aguião, 2015; Nogueira, 2017; Piscitelli, 2008). Para Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (p. 177).

Assim, diferentemente de concepções mais tradicionais, onde predomina o raciocínio de que os marcadores sociais se somam, essa teoria¹ mostra que a articulação destes marcadores cria condições de opressão e privilégio, dependendo dos contextos onde os indivíduos estão e da própria articulação entre os marcadores.

Diante da pergunta “quem tem mais desvantagem: homens ou mulheres?”, a resposta pode variar a depender dos outros marcadores incluídos na análise. São homens e mulheres brancos? Eles vivem na cidade, no campo? São jovens, idosos? E se for um homem negro e uma lésbica branca? Existem pesquisas mostrando, inclusive, que certas palavras que deveriam ser utilizadas para descrever homens e mulheres, como “*Black*” (negro), e até palavras que descrevem uma classe de pessoas (“*women*”, mulheres), independente de outros atributos evocam respostas muito específicas. No caso, *Black* evoca a classe “homens negros” apenas, e *women*, “mulheres brancas” (e.g., Goff, Jackson, Di Leone, Culotta, & DiTomasso, 2014; Steinbugler, Press, & Dias, 2006; Warner, 2008). Nas palavras de Warner (2008), “um estereótipo diferente é eliciado quando gênero e raça são considerados juntos, do que quando raça ou gênero são considerados sozinhos” (Warner, 2008, p. 457).

2.3 É possível uma articulação entre o feminismo (interseccional) e a análise do comportamento?

O feminismo interseccional pode ser conceituado como a análise das formas de entrelaçamento entre diferentes marcadores sociais contextualizados histórica e culturalmente que podem produzir desigualdades, mas também formas de resistência e/ou privilégios. Ele “se opõe à ideia de partir de diferenças tidas como relevantes *à priori*” (Henning, 2015, p. 110)

Pressupostos feministas são coerentes com a abordagem analítico-

¹ De acordo com Adriana Piscitelli (2008), existem duas abordagens predominantes sobre as interseccionalidades: a abordagem sistêmica e a abordagem construcionista. Em termos gerais, na primeira abordagem, há um foco sobre o caráter repressivo dos marcadores sociais na possibilidade de agência (capacidade de identificar relações de controle – geralmente aversivo – e agir, de modo a reduzi-las) das mulheres, e o segundo possui uma concepção de dinamismo maior, de modo que a articulação entre os diferentes marcadores sociais pode gerar contextos de opressão, mas também de agência para as mulheres. Este texto utiliza a segunda abordagem do termo.

comportamental e contribuições da análise do comportamento (AC) para os feminismos foram realizadas, principalmente pela pesquisadora Maria Ruiz (Ruiz, 1995, 1998, 2003, 2009; 2013; Ruiz & Roche, 2007), mas também por outros (e.g., Couto & Dittrich, 2017; Fideles & Vandenberghe, 2014; Silva & Laurenti, 2016). Em seguida, serão apontadas algumas das críticas aos modelos de ciência feitos por feministas, seguidas por explicações analítico-comportamentais (parte da discussão a seguir pode ser vista em alguns dos estudos supracitados):

1. Visão contextual e subjetiva do conhecimento científico:

Uma crítica comum no discurso feminista em geral, ou seja, de várias abordagens feministas, como apontado por Ruiz (1995), é a suposição de que o conhecimento científico é objetivo e neutro e de que conhecedor e conhecido estão separados. Desde a década de 1970, alguns feminismos defendem uma ciência na qual o cientista não pode ser separado do objeto a ser conhecido, uma vez que este faz parte do mesmo ambiente. Nesse sentido, o conhecimento científico não pode ser neutro nem objetivo, uma vez que as realidades são construídas socialmente (e.g., Schiebinger, 2008). A AC possui uma visão que concorda (pelo menos parcialmente) com o pressuposto de que todo conhecimento é contextual e subjetivo. Nas palavras de Skinner (1974):

Seria absurdo para o behaviorista afirmar que está de alguma forma isento de sua análise. Ele não pode sair do fluxo causal e observar o comportamento de algum ponto de vista especial [...]. No próprio ato de analisar o comportamento humano, ele está se comportando – como no próprio ato de analisar o pensamento, o filósofo está pensando (p. 234; tradução da autora).

2. Visão contextualista de mundo

Outra crítica presente no discurso feminista apontada por Ruiz (1995) e especialmente dirigida à psicologia, é que esta é individualizante, uma vez que os problemas psicológicos, apesar de serem pautados em contextos sócio-políticos, são considerados pela psicologia como questões individuais. Exemplos disso são a violência doméstica, onde é comum ver análises da vítima e do agressor sem levar em consideração os contextos mais

amplios no qual a agressão ocorreu, o “indivíduo ansioso” ou “depressivo”, diagnosticado e tratado individualmente, sem considerar porque a pessoa desenvolveu tais transtornos; e o preconceito racial, onde o indivíduo “racista” é considerado o problema a ser tratado, como se o racismo viesse ou fosse uma propriedade de instâncias internas e não fosse aprendido no ambiente no qual o indivíduo está inserido.

Diferentemente de algumas abordagens psicológicas consideradas individualizantes, e em concordância com o discurso feminista que preza por análises contextuais, a AC possui uma visão contextualista de mundo, onde os contextos históricos e imediatos são fundamentais para a análise. Em uma pesquisa sobre violência doméstica de Bernard Guerin e Marcela Ortolan (2017), por exemplo, os autores apontam que a análise de um ou mais episódios de violência contra a mulher requer não só a análise do comportamento do par, mas também do ambiente mais abrangente. Isto envolve, segundo os autores, os contextos políticos, históricos, sociais e econômicos atuais, os quais oferecem, muitas vezes, condições para que diversos tipos de violência sejam reforçados e/ou naturalizados.

Ainda nesse sentido, a análise funcional constitui uma ferramenta que permite a identificação de comportamentos com topografias diferentes, mas com funções semelhantes, o que pode ser útil na identificação (e modificação) de condições adversas que muitas vezes as pessoas não identificam. Assim, ainda no contexto da violência contra a mulher, reter o dinheiro que a parceira ganha, proibi-la de trabalhar ou forçá-la a pedir demissão, e impedir o acesso à conta conjunta do casal são formas diferentes de monitorar as atividades da parceira e diminuir o número de contatos sociais dela (Guerin & Ortolan, 2017).

3. Agência como uma forma de controle recíproco sobre as contingências ambientais

No discurso feminista, agência é um termo utilizado para se referir, grosso modo, à capacidade de identificar relações de controle (geralmente aversivo) e buscar formas de eliminá-las ou reduzi-las. Assim, uma terceira crítica das feministas parte do entendimento, nem sempre correto, de que a agência é algo externo ao indivíduo (e não uma relação organismo-ambiente, como a AC a entende) e que, portanto, é impossível modificar práticas opressivas se “não tenho” ou “não possuo” agência. Entretanto, para a AC, o conceito de agência diz respeito a um controle recíproco sobre contingências ambientais (Ruiz, 1998), de modo que o ambiente causa

mudanças em nosso comportamento, mas nós também modificamos o ambiente: “os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas consequências de suas ações” (Skinner, 1957/1978, p. 15). Nesse sentido, é possível que a concepção de agência utilizada nos feminismos seja coerente com a proposta analítico-comportamental, sendo vista como uma forma de autoconhecimento que instrumentaliza o indivíduo para a ação.

Após verificar, portanto, que vários pressupostos dos feminismos são coerentes com a proposta analítico-comportamental, de que maneira nossas ferramentas ou formas de análise podem auxiliar no estudo das diferenças entre homens e mulheres (e entre as próprias mulheres e os próprios homens)?

Ruiz (2003) faz uma análise do que ela chama de práticas culturais generificadas, mostrando que o sexo designado no nascimento dos indivíduos serve como estímulo discriminativo para tais práticas. Assim, por exemplo, temos evidência de que professores de ensino fundamental reforçam classes de respostas de seus alunos diferencialmente, dependendo do sexo da criança: se o indivíduo é um menino, a qualidade do trabalho é reforçada. Se for menina, por outro lado, a aparência do trabalho é reforçada. Tal reforço diferencial é dado em uma série de contextos e com relação a uma variedade de respostas, como a maneira de se sentar, o que é considerado bagunça, que tipos de interesses são reforçados (matemática para os meninos e artes para as meninas), etc.

Outro exemplo se refere ao comportamento assertivo. Segundo Del Prette e Del Prette (2005), na “base do conceito de assertividade encontra-se a noção de igualdade de direitos e deveres, de legitimidade dos comportamentos voltados para a reivindicação e defesa desses direitos, de respeito e dignidade da pessoa humana.” (p.175). Entretanto, é comum ver no dia-a-dia que uma mesma classe de comportamentos emitidos por homens e mulheres que poderia levar o rótulo de assertividade é considerada assertiva somente quando emitida por homens, os mesmos comportamentos emitidos por mulheres são considerados “agressivos”.

Assim, em resumo, para Ruiz (2003):

Quando nós falamos de práticas culturais generificadas, nós estamos falando de formas de controle social relacionadas ao poder e a relações de dominância que levam diretamente ao nível de acesso que um indivíduo ou grupo de indivíduos

podem ter a fontes de reforçamento ou alocação de recursos
(p. 15; tradução da autora).

E o feminismo interseccional? Apesar de várias dessas contribuições serem possíveis em vários tipos de feminismos, de que maneira a AC poderia contribuir especificamente no feminismo interseccional?

1. Concepção de que todo conhecimento é socialmente construído:

A TI e o feminismo interseccional adotam a concepção de que as formas de conhecimento são socialmente construídas. Para a AC, a concepção de conhecimento presente nas propostas construcionistas sociais se refere ao “saber que” (*knowing that*), ou seja, “conhecer significa comportar-se com o comportamento verbal apropriado” (Guerin, 1992/2009, p. 5). Guerin (1992/2009) relaciona a AC e algumas abordagens construcionistas utilizando duas abordagens principais modernas: a de Gergen & Davis (1985) e a de Moscovici (1988).

Para Gergen e Davis (1985) existem quatro concepções presentes no construcionismo social: 1) a de que “nossas relações com o mundo nem sempre correspondem ao mundo real” (Guerin, 1992/2009, p. 3), com a implicação de que mesmo que essas relações e objetos sejam inventados/criados, tais relações podem influenciar o comportamento aberto e encoberto dos indivíduos; 2) a concepção de que a forma com a qual explicamos o mundo (pelo uso da linguagem) também se configura como um produto social; 3) a concepção de que a manutenção de qualquer conhecimento não depende de sua validade empírica, mas de sua relação com o ambiente social e não social; e 4) de que conhecimentos construídos socialmente são inseparáveis de nossas vidas sociais e se relacionam com várias outras atividades sociais. Além disso, para Gergen e Davis (1985), conhecimento não é uma propriedade ou um objeto existente na cabeça das pessoas, mas coisas que as pessoas fazem juntas, o que também é coerente com a proposta analítico-comportamental.

Outros pesquisadores da AC também têm evidenciado pontos de contato entre a AC e o construcionismo social. Roche e Barnes-Holmes (2003), por exemplo, relataram semelhanças (e diferenças) entre a proposta construcionista social e a proposta analítico-comportamental: 1) a natureza do conhecimento: ambas as abordagens consideram que o conhecimento científico possui origem social e seu entendimento se baseia no estudo de práticas da comunidade verbal; 2) a linguagem como peça-chave para a

ação humana: a concepção de que a linguagem é uma convenção social e o interesse em análises funcionais da linguagem, e 3) ênfase no contexto e história para analisar os eventos, para citar apenas três.

A proposta analítico-comportamental compartilha a noção de que as formas pelas quais compreendemos o mundo são o produto do ambiente social ao qual os indivíduos pertencem. Descrições do mundo e do próprio *self*, são, portanto, resultado de um processo de aprendizagem de relações complexas formadas no contato com o mundo, de maneira que nossas concepções sobre o mundo, sobre quem somos e o que sentimos não correspondem a uma realidade objetiva, mas sim a uma série de aprendizagens sociais.

Do mesmo modo, a linguagem, ou melhor, os significados que damos aos vários aspectos da linguagem (símbolos, gestos, verbalizações, etc.) são determinados e compartilhados por uma comunidade verbal social, ou seja, uma mesma palavra (símbolo ou gesto) pode ter diferentes significados em diferentes culturas, ou ainda dentro de uma mesma cultura (ou comunidade verbal). Assim, é possível considerar a AC como uma abordagem construcionista social que converge com a concepção presente nas abordagens interseccionais (e, conseqüentemente, no feminismo interseccional) de que conhecimentos são socialmente construídos.

2. Identificação de relações de controle

A descrição operacional das contingências, prática básica da AC, pode ser muito útil na identificação e descrição acurada das complexas relações envolvidas nos eventos de interesse do universo do feminismo interseccional. Resgatando a pergunta “quem sofre mais violência no Brasil: Homens ou mulheres?”, possíveis relações de controle seriam: o primeiro indivíduo pode responder sob controle da violência que ocorre nas ruas. A segunda pode responder sob controle da violência doméstica, e uma terceira relação de controle estaria baseada nos dados de violência policial. Portanto, o tipo de violência (física, psicológica, etc.), o contexto no qual a pessoa sofreu a violência, quem a perpetrrou, entre outros, são variáveis que podem controlar a emissão da resposta e, portanto, criar diferentes verdades ou concepções sobre o assunto.

A identificação de relações de controle também se relaciona com outro aspecto central da TI e do feminismo interseccional, que é a oposição à ideia de partir de diferenças consideradas relevantes *a priori*, ou seja, antes da análise. Os contextos vão “informar” quais diferenças, marcadores

sociais e/ou outros estímulos controlaram as respostas que determinado indivíduo emitiu em determinado evento.

3. Ênfase no aspecto relacional e na história dos indivíduos

Na seção sobre “Interseccionalidades”, foi ressaltada a descoberta, em algumas pesquisas, de que certas palavras que são utilizadas para descrever homens e mulheres podem evocar respostas específicas, como no caso de “Black”, geralmente assumido como “homem negro”, e “woman” como “mulher branca” (e.g., Warner, 2008). Essa descoberta pode ser analisada, em nosso referencial, a partir de um modelo recente, elaborado no contexto da teoria das molduras relacionais² (*Relational Frame Theory*, RFT, em inglês; Hayes, Barnes-Holmes & Roche, 2001).

O nome desse modelo é DAARE, *Differential Arbitrarily Applicable Relational Responding Effects* (efeitos do responder relacional diferencial arbitrariamente aplicado) e ele surgiu em um contexto de pesquisa na qual os experimentadores tiveram dificuldade em explicar porque alguns estímulos se relacionavam mais entre si do que outros. Especificamente, em uma tarefa na qual os participantes tinham que relacionar cores com cores, cores com formas e formas com formas, os experimentadores verificaram que os participantes tinham mais facilidade em relacionar “cor-cor” do que “forma-forma” (Finn, Barnes-Holmes, Hussey, & Graddy, 2016). O que os pesquisadores hipotetizaram, em um estudo subsequente (Finn, Barnes-Holmes, & McEnteggart, 2018), é que talvez esses resultados ocorreram porque, na história verbal com essas palavras, a frequência de emissão das palavras utilizadas na pesquisa que se referiam a cores era maior que a frequência de emissão de palavras que denotavam formas. Para este modelo, então, essa frequência diferencial no uso das palavras referentes às cores e às formas evoca mais respostas de orientação às primeiras, em comparação com as segundas, de modo que há uma maior coerência, isto é, uma maior consistência entre o padrão de responder relacional e a história comportamental que deu origem a esse padrão nas relações “cor-cor” do que nas relações “forma-forma”.

² A teoria das molduras relacionais é uma abordagem moderna da linguagem e cognição humanas. De acordo com essa teoria, a base da cognição e linguagem humana está na habilidade de aprender diferentes tipos de relações entre estímulos, de modo que a aprendizagem de algumas relações seja suficiente para que um indivíduo derive outras relações, ou seja, aprenda algumas relações sem que seja instruído para fazê-lo. Para saber mais, consulte Hayes et al. (2001).

Neste contexto, pesquisas podem se utilizar desse modelo para discutir resultados já encontrados na literatura, por exemplo: sobre vieses raciais e de gênero, na criação de novas pesquisas que investiguem esses efeitos e aplicando-os a questões como estereótipos de gênero e a intersecção gênero-raça. O estudo de Barnes-Holmes, Murphy, Barnes-Holmes e Stewart (2010), por exemplo, investigou a existência de vieses raciais implícitos em participantes adultos. Os participantes tinham que responder a relações consideradas consistentes ou inconsistentes com suas histórias de vida, respondendo verdadeiro ou falso às relações “homem branco carregando armas-seguro”, “homem branco carregando armas-perigoso”, “homem negro carregando armas-seguro” e “homem negro carregando armas-perigoso”. Veja que, além da história verbal com esses estímulos, existe também a história do responder a “verdadeiro” ou “falso”, com o primeiro ocorrendo em uma frequência maior que o segundo (a frequência de emissão da resposta “verdadeiro” tende a ser maior que a frequência de emissão da resposta “falso”).

Nesse estudo, a hipótese era que, de acordo com as respectivas histórias de vidas, os participantes responderiam com uma rapidez semelhante às relações entre homens negros e perigo e a homens brancos e segurança. Entretanto, os resultados mostraram que os participantes tiveram mais facilidade em relacionar “branco-seguro” do que “negro-perigoso”. De acordo com o modelo DAARE, e como interpretado por Barnes-Holmes, Harte e McEnteggart (no prelo), se a foto do homem branco e a palavra “seguro” tiverem funções avaliativas positivas para os participantes, ao passo que a foto do homem negro e a palavra “perigoso” tivessem funções avaliativas negativas, é possível interpretar tais resultados em termos de maior ou menor coerência entre “branco-seguro-verdadeiro” e “negro-perigoso-verdadeiro”, com o primeiro sendo mais frequente, ou seja, mais coerente com suas histórias verbais. Portanto, tal efeito “pode ter surgido, em parte, a partir das diferenças na coerência entre os dois tipos de tentativas, ao invés de puramente a partir de respostas racialmente enviesadas” (Barnes-Holmes et al., no prelo, p. 19).

Uma interpretação possível disso é que relações entre palavras tem o potencial de gerar certos padrões de resposta mais frequentes que outros, como o “branco-seguro” ser mais frequente que o “negro-perigoso” na linguagem dos participantes da pesquisa supracitada. Nesse caso, extrapolando a análise, a forma como notícias, novelas, músicas e até piadas são veiculadas/contadas pode auxiliar no estabelecimento e/ou manuten-

ção de relações indesejadas (preconceituosas), reforçando relações já existentes (estereótipos) sobre grupos. Essa possibilidade deve ser examinada experimentalmente, e os estudos na área da equivalência e de pareamento de estímulos (e.g., Amd, de Almeida, de Rose, Silveira, & Pompermaier, 2017; Barnes, Leader, & Smeets, 1996; Leader, Barnes, & Smeets, 1996; Sidman, 1994; Sidman & Tailby, 1982) mostram que isso é possível.

Com relação às possibilidades de pesquisa, estudos poderiam verificar se esse efeito é demonstrado em pesquisas sobre estereótipos de gênero, utilizando como estímulos, por exemplo, “homem”, “mulher”, “sensível” e um adjetivo neutro. De acordo com o modelo DAARE, os resultados mostrariam que é mais fácil relacionar “mulher-sensível-verdadeiro” do que “homem-sensível-verdadeiro”. Além disso, poderiam ser delineados estudos que utilizem, como estímulos, compostos como “homem branco”, “homem negro”, “mulher branca” e “mulher negra” e atributos relacionados a um desses grupos, investigando os efeitos da intersecção entre dois ou mais marcadores sociais no responder relacional.

2.4 O que analistas do comportamento feministas podem fazer em seus campos de atuação?

Para finalizar, seguem algumas dicas de atuação que podem ter grandes implicações teóricas e práticas, caso analistas do comportamento se identifiquem com os pressupostos feministas supracitados:

1. Explicitar as razões pelas quais um/a pesquisador/a quer investigar ou investigou certo tema de pesquisa, pensando especialmente nas implicações disso em termos de consequências científicas e sociais para o grupo estudado;
2. Descrever contingências que revelem estruturas e/ou contextos de opressão existentes e como tais estruturas/contextos deixam vários grupos de pessoas à margem. Exemplos seriam descrições sobre como a aceitação de comportamentos como o ciúme pode ter a função de controlar a parceira; efeitos negativos de fomentar uma cultura em que os homens devem cuidar das finanças do casal hétero ou bissexual e etc. (o trabalho de Guerin & Ortolan, 2017 é um ótimo exemplo disso);

3. Promover práticas inclusivas (aspecto interseccional importantíssimo) pensando nos mais diversos tipos de público que tenham interesse e/ou necessidade nos serviços prestados pelos analistas do comportamento. Assim, ao oferecer um curso sobre “como lidar com o luto”, por exemplo, o profissional provavelmente vai fazer recomendações que são voltadas para um determinado tipo de público (e.g., uma pessoa com condições de pagar um psicólogo, e/ou com uma rede de apoio disponível). Nesse sentido, é importante que o profissional tente pensar em outras populações (e.g., pessoas pobres, indivíduo que não possui rede de apoio, etc.) para que as recomendações sejam mais abrangentes (quando necessário) e, principalmente, que o profissional seja humilde a ponto de revelar desconhecimento sobre determinados temas, mas que, ao mesmo tempo, se mostre disponível para auxiliar em uma demanda que é da sua área, mas se refere a condições ainda não pensadas;
4. Analisar e criar estratégias eficazes de contracontrole: de acordo com Baum (2017), o “contracontrole atua para corrigir a inequidade/desigualdade, diminuindo o desequilíbrio no poder” (p. 202; tradução da autora). Assim, estratégias de contracontrole (e.g., as lutas nos movimentos feministas) podem ser consideradas o que costumeiramente é chamado de “resistência” nos feminismos.

É importante considerar que, por mais que você seja um/a profissional atualizado, com conhecimentos sobre grupos sociais estigmatizados, isso não significa que você esteja imune aos vários tipos de preconceitos que nós aprendemos durante nossas vidas. Nas palavras de Ruiz (2003): “a despeito de nossos esforços autodeclarados de objetividade, nossas observações, descrições e análises funcionais não estão imunes a nossas suposições delimitadas pela cultura (*culture-bound*), incluindo aquelas com relação ao sexo e às práticas generificadas (p. 15; tradução da autora)”.

O objetivo deste trabalho foi evidenciar alguns pontos de contato entre a proposta analítico-comportamental e o feminismo interseccional. Este trabalho não se propôs esgotar as discussões no que se refere à articulação entre essas duas áreas; pelo contrário, seu propósito foi servir como um ponto de partida para que as discussões sobre os pontos de contato (e possíveis discordâncias) sejam cada vez mais abordadas, assim como fomentar o uso da abordagem interseccional nas pesquisas de AC, de modo geral.

Referências Bibliográficas

- Aguião, S. (2015). A produção de identidades e o reconhecimento de sujeitos e direitos: Algumas possibilidades da perspectiva interseccional e da articulação de marcadores sociais da diferença. Material suplementar da disciplina “Sexualidade” do curso de especialização em gênero e sexualidade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Amd, M., de Almeida, J. H., de Rose, J. C., Silveira, C. C., & Pompermaier, H. M. (2017). Effects of orientation and differential reinforcement on transitive stimulus control. *Behavioural Processes*, 144, 58-65. doi: 10.1016/j.beproc.2017.08.014
- Barnes, D., Leader, G., & Smeets, P.M. (1996). Establishing equivalence relations using a respondent-type training procedure. *The Psychological Record*, 46, 685-706.
- Barnes-Holmes, D., Harte, C., & McEnteggart, C. (no prelo). Implicit cognition and social behaviour. In Rehfeldt, R. A., Tarbox, J., & Fryling, M. (Eds.) *Applied Behavior Analysis of Language and Cognition*. New Harbinger: Oakland, CA.
- Barnes-Holmes, D., Murphy, A., Barnes-Holmes, Y., & Stewart, I. (2010). The Implicit Relational Assessment Procedure: Exploring the impact of private versus public contexts and the response latency criterion on pro-white and anti-black stereotyping among white Irish individuals. *The Psychological Record*, 60, 57-66.
- Baum, W. H. (2017). *Understanding Behaviorism: Behavior, culture and evolution*. 3ª. ed. United Kingdom: Wiley.
- Brah, A., & Phoenix, A. (2004). Ain't I A Woman? Revisiting intersectionality. *Journal of International Women's Studies*, 5(3), 75-86.
- Butler, J. (2001). *Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do sexo*. In: Louro, G. L. (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*

- (p. 151-172). Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(2), 147-158.
- Crenshaw, K. W. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 8(1), 139-167.
- Crenshaw, K. W. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
- Davis, K. (2008). Intersectionality as buzzword, a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, 9(1), 67-85.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Falcón, S. M. (2009). Black Feminist Thought. In: O'Brien, J. (Ed.). *Encyclopedia of Gender and Society*. CA: SAGE Publications.
- Fideles, M. N. D., & Vandenberghe, L. (2014). Psicoterapia Analítica Funcional feminista: Possibilidades de um encontro. *Psicologia: Teoria e Prática*, 16(3), 18-29.
- Finn, M., Barnes-Holmes, D., Hussey, I., & Graddy, J. (2016). Exploring the behavioral dynamics of the Implicit Relational Assessment Procedure: The impact of three types of introductory rules. *The Psychological Record*, 66, 309-321. doi: 10.1007/s40732-016-0173-4
- Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-275.
- Gergen, K. J. (1994). *Realities and relationships: Soundings in social construction*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gergen, K. J., & Davis, K. E. (1985). *The social construction of the person*. New York: Springer-Verlag.
- Goff, P. A., Jackson, M.C., Di Leone, B.A.L., Culotta, C.M., & DiTomasso, N.A. (2014). The essence of innocence: Consequences of dehumanizing Black children. *Journal of Personality and Social Psychology*, 106(4), 526-545. doi: 10.1037/a0035663
- Guerin, B. (2009). *Análise do comportamento e a construção social do*

- conhecimento [Behavior analysis and the social construction of knowledge]. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 5(1), 117-137. (Original publicado em 1992).
- Guerin, B., & de Oliveira Ortolan, M. (2017). Analyzing domestic violence behaviors in their contexts: Violence as a continuation of social strategies by other means. *Behavior and Social Issues*, 26, 5-26.
- Harding, S. (1986). *The science question in feminism*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (Eds.). (2001). *Relational Frame Theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press.
- Henning, C. E. (2015). Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, 20(2), 97-128.
- Keller, E. F. (2006). Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, 27, 13-3.
- Leader, G., Barnes, D., & Smeets, P. M. (1996). Establishing equivalence relations using a respondent-type training procedure. *The Psychological Record*, 46, 685-706.
- Louro, G.L. (2008). *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 1ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representation. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- National Institute of Health (2012). *Subtle and dangerous: Symptoms of heart disease in women*. U.S. Department of Health and Human Services. Recuperado de: <https://tinyurl.com/feminismoac2>
- Nicholson, L. (2000). Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, 8(2), p. 9-41. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>
- Nogueira, C. (2001). Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, 112, 37-153.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. Bahia: Ed. Devires.
- Piscitelli, A. (2002). Recriando a (categoria) mulher? In: Algranti, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero* (p. 7-42). Campinas: IFCH-Unicamp.

- Piscitelli, A. (2008) Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263-274.
- Porto, T. H. (2016). Does participant's gender interfere with behavior studies? *Operants*, Quarter IV, p. 40-42. Recuperado de: <https://tinyurl.com/feminismoac21>
- Rich, A. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades*, 4(5), p. 17-44. (Original publicado em 1980). Recuperado de: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf
- Roche, B., & Barnes-Holmes, D. (2003). Behavior analysis and social constructionism: Some points of contact and departure. *The Behavior Analyst*, 26(2), 215-231.
- Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner's radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Behavior and Social Issues*, 5(2), 29-44.
- Ruiz, M. R. (1998). Personal agency in feminist theory: Evicting the illusive dweller. *The Behavior Analyst*, 21, 179-192.
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behaviorist Analyst Today*, 4(1), 12-16.
- Ruiz, M. R. (2009). Beyond the mirrored space: Time and resistance in feminist theory. *Behavior and Philosophy*, 37, 141-147.
- Ruiz, M. R. (2013). Values and morality: Science, faith, and feminist pragmatism. *The Behavior Analyst*, 36(2), 251-254.
- Ruiz, M. R., & Roche, B. (2007). Values and the scientific culture of behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 30, 1-16.
- Schiebinger, L. (2001). *O feminismo mudou a ciência*. Bauru: Edusc.
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, 20(2), p. 71-99, 1995. Recuperado de: <https://tinyurl.com/feminismoac23>
- Sidman, M. (1994). *Equivalence relations and behavior: A research story*. Boston, MA: Authors Cooperative.
- Sidman, M., & Tailby, W. (1982). Conditional discrimination vs. matching to sample: An expansion of the test paradigm. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 37(1), 5-22. doi: 10.1901/jeab.1982.37-5
- Silva, E. C. & Laurenti, C. (2016). B.F. Skinner e Simone de Beauvoir: "A mulher" à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-211.

- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B.F. (1978). *Comportamento Verbal*. São Paulo: Cultrix/EDUSP. (Original publicado em 1957).
- Steinbugler, A. C., Press, J. E., & Dias, J. J. (2006). Gender, race, and affirmative action: Operationalizing intersectionality in survey research. *Gender and Society*, 20(6), 805-825.
- Warner, L. R. (2008). A best practices guide to intersectional approaches in psychological research. *Sex Roles*, 59, 454-463. doi: 10.1007/s11199-008-9504-5

Capítulo 3

Poder e patriarcado: contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero

Lais Nicolodi & Ana Arantes

*“Gênero é um tópico sobre o qual a Análise do Comportamento, historicamente, se manteve em silêncio conspicuamente.”
(Maria del Rosario Ruiz, 2003)*

É com essa provocação que Maria Rosário Ruiz inicia, no primeiro parágrafo de um de seus artigos sobre gênero e Análise do Comportamento, uma dura e necessária crítica a desconsideração histórica da área analítico-comportamental pelas questões de gênero (Ruiz, 2003). Um breve levantamento da literatura sobre Feminismo e Análise do Comportamento realizada por Couto e Dittrich (2017) revela que, no período entre 1979 e 2016, apenas oito artigos sobre o tema foram publicados em periódicos científicos reconhecidamente analítico-comportamentais. Rita Wolpert subscreve essa tese quando afirma que não só assuntos sobre gênero e feminismo estavam amplamente ausentes dos estudos analítico-comportamentais, como também estão incompletas as análises de contingências sociais de reforçamento que não levam em consideração os

contextos de gênero, raça e classe (Wolpert, 2005). O próprio Skinner afirma que o uso da ciência analítico-comportamental poderia ser uma ferramenta importante para a construção de um mundo socialmente mais justo, tal como no livro *Beyond Freedom and Dignity* (Skinner, 1971), em que ele aborda questões para se repensar o planejamento de culturas mais igualitárias, inclusive no que diz respeito à igualdade entre gêneros.

Segundo a Análise do Comportamento, o comportamento dos indivíduos é função de relações do organismo com eventos e contextos do ambiente imediato e histórico. Quando este ambiente é social, isto é, formado pelas outras pessoas com quem o indivíduo se relaciona, o controle do comportamento se dá pela interação complexa entre os comportamentos de todos os indivíduos envolvidos (Skinner, 1953; 1957). Ao definirmos operacionalmente os fenômenos observados no controle do comportamento humano em termos de comportamentos sociais e socialmente determinados (ou seja, ao descrevermos como os comportamentos individuais selecionam e mantêm práticas culturais e são ao mesmo tempo selecionados e mantidos por essas práticas culturais), o que pretendemos é aproximar a Análise do Comportamento das teorias e movimentos sociais que procuram analisar e intervir em práticas culturais que oprimem grupos de indivíduos. Essa estratégia de intervenção social foi prevista por Holland (1973) quando preconizou como o analista do comportamento poderia atuar para a modificação de práticas sociais injustas e opressoras:

(...) temos que explorar as formas de modificação do comportamento que sejam compatíveis com um sistema igualitário, não materialista e não elitista, mas, ao contrário, construtivo, pelo menos no tocante aos meios para uma inadiável mudança revolucionária do homem (Holland, 1973, p. 280).

Dado que os analistas do comportamento estão inseridos em uma cultura e se comportam também sob controle das mesmas variáveis que afetam práticas culturais vigentes, não seria surpresa que, na sua prática científica, reproduzam padrões de comportamento culturalmente selecionados. Ao entendermos que a ciência (enquanto conjunto de relatos verbais acerca das relações entre eventos do mundo) é o produto do comportamento do cientista, conforme proposto por Pennypacker e Johnston (1993), uma revisão crítica do conhecimento produzido em uma disciplina deve passar pela análise das variáveis das quais o comportamento que o produziu é função, o que inclui, obrigatoriamente, a análise das

práticas culturais que selecionam o comportamento do cientista. Assim, como indicado por Ruiz e Roche (2007), uma atuação ética do analista do comportamento – tanto na sua prática científica quanto na prestação de serviços – deve levar em conta não só a honesta proposição dos valores que guiam o seu fazer científico e a aplicação das tecnologias cientificamente construídas, mas também a compreensão acurada das variáveis que controlam o comportamento ético e as tomadas de decisão sobre o fazer científico e prático. Para isso é necessário buscar compreender o contexto mais amplo dentro do qual o comportamento do cientista está inserido: como as contingências sociais estão organizadas para a manutenção dessas práticas culturais e como elas definem uma dada cultura (Fernandes, Carrara, & Zilio, 2017).

A partir da ideia de que a ciência é, portanto, um fenômeno também cultural, pretendemos neste capítulo fazer um diálogo entre os conceitos analítico-comportamentais e os conceitos feministas com o objetivo de permitir uma análise mais comportamentalmente contextualizada das contingências sociais diferenciadas para homens e mulheres e das práticas culturais que mantêm as desigualdades e assimetrias de poder entre os gêneros na cultura patriarcal. Para isso, apresentaremos os conceitos que julgamos tornar mais visíveis as contingências culturais de gênero que são selecionadoras desses padrões de invisibilização e silenciamento das questões feministas dentro da Análise do Comportamento, e recomendamos que essas variáveis e contextos culturalmente relevantes sejam parte das análises de fenômenos sociais e das relações entre eventos que a nossa ciência descreve.

Capítulo 4

Métodos de investigação sobre cultura do estupro: o que a Análise do Comportamento tem a aprender com as contribuições de outras áreas do conhecimento

Amanda Oliveira de Moraes & Júlia Castro de Carvalho Freitas

A expressão cultura do estupro surgiu durante a segunda onda do feminismo, na década de 1970, e foi inicialmente cunhada para descrever a cultura americana (Smith, 2004). Em uma cultura do estupro, o estupro e outras violências sexuais contra mulheres são prevalentes e consideradas norma ou inevitáveis, e não são desafiadas (Buchwald, Fletcher, & Roth, 1993/2005). A partir do reconhecimento da alta prevalência de violência sexual, iniciaram-se os questionamentos sobre as culturas que toleram o estupro e outros abusos. Quando o número de agressões sexuais é alto e a taxa de prisões, processos e condenações de agressores é baixa, frequentemente indica-se que há práticas culturais mantendo este tipo de violência. As práticas culturais indicadas envolvem: pareamento entre sexo e violência; culpabilização da vítima após sofrer a agressão; responsabilização da mulher em evitar crimes sexuais; perpetuação de mitos sobre estupro pela comunidade verbal, especialmente pela mídia em propagan-

das, programas de televisão, filmes e músicas; explicações psicopatológicas ou naturalizantes sobre o comportamento do agressor, negligenciando fatores socioculturais; papéis de gênero atribuídos a cada sexo e privilégios legais, sociais e econômicos aos homens (Freitas & Moraes, no prelo). Estas duas últimas práticas não se relacionam apenas com a denominada cultura do estupro, referem-se a práticas contidas em um cenário mais amplo: o patriarcado¹. Assim, algumas das práticas apontadas, ensejam além de violência sexual, diversas formas de opressão das mulheres.

Em termos comportamentais, a cultura do estupro pode ser caracterizada por um conjunto de contingências que são encorajadoras e/ou permissivas com práticas sexuais violentas e por um conjunto de classes de comportamentos sexualmente abusivos, dos mais sutis (como assédio verbal) ao estupro, que ocorrem no contexto patriarcal (Freitas & Moraes, no prelo). Portanto, pesquisas e métodos que investiguem características de classes de comportamentos abusivos, bem como a presença de contingências que promovem e mantêm essas classes de comportamentos, podem ser consideradas pesquisas que estudam o que chamamos de cultura do estupro. Entretanto, existem estudos que investigam a violência sexual com enfoque nas variáveis ontogenéticas do comportamento do agressor para explicar a ocorrência desse fenômeno e possibilidades de intervenção. Tais pesquisas, não necessariamente, estão implicadas com o conceito de cultura do estupro, ao mesmo tempo, não representam a exclusão das variáveis culturais e podem fornecer pistas sobre possíveis análises mais amplas.

Demonstrada a amplitude do campo de investigação fornecido pelo conceito de cultura do estupro, o presente capítulo tem o objetivo de apresentar e discutir diferentes métodos de estudo sobre o tema. Para tanto, (a) apresentaremos pesquisas realizadas por feministas do campo das ciências sociais e psicologia, (b) apresentaremos pesquisas realizadas por analistas do comportamento que investigam comportamentos que estariam presentes na cultura do estupro; e (c) discutiremos de que forma analistas do comportamento podem aprender com o estado da arte e

¹ Saffioti (2004) define o patriarcado como uma forma de organização e de dominação social fundamentada na exploração dos homens sobre as mulheres. Portanto, neste capítulo, contexto patriarcal se refere a dominação masculina presente em toda dinâmica social, incluindo as esferas familiar, trabalhista, midiática, política e os controles sutis de variáveis desconhecidas por homens e mulheres ao comportarem-se privada ou publicamente. Para mais discussões recomenda-se a leitura do capítulo 02 deste livro.

produzir uma ciência comportamental comprometida com a perspectiva feminista radical sobre a violência sexual.

4.1 Pesquisas sobre cultura do estupro em diversas áreas

A discussão sobre a alta frequência de violência sexual identificada em diversos países abriu as portas para a investigação das variáveis que afetam o comportamento de agredir sexualmente em diferentes culturas e contextos sociais. Feministas da segunda geração começaram a desmistificar o estupro, antes considerado raro e praticado por um desconhecido, utilizando como método entrevistas com mulheres vítimas de violência sexual. Os relatos de estupros foram apresentados em primeira pessoa pela primeira vez em livros como *"Rape: The first sourcebook for women"*, produzido pela *New York Radical Feminists* e editado por Noreen Connel e Cassandra Wilson (1974) e *"Against our will: Men, women, and rape"* de Susan Brownmiller (1975). O uso da transcrição de relatos verbais vocais de pessoas que vivenciaram crimes, como estupros, permite investigar as características do crime relatado, como quais comportamentos foram emitidos, o local, identificar os autores, averiguar a gravidade da violência perpetrada e indicar os danos causados, quando utilizadas técnicas de entrevistas forenses (Williams et al., 2014). A utilização de entrevistas para o estudo desse fenômeno é ainda justificada conceitualmente por coletar dados de fontes geralmente negligenciadas em uma cultura que avalia o relato de vítimas com desconfiança (Williams, 2002).

O uso do relato verbal, todavia, remete a outras preocupações metodológicas quando aplicado para apurar as características de um fenômeno ou as variáveis que o afetam. A forma de realizar perguntas em uma entrevista pode afetar as declarações da entrevistada ou entrevistado. Por exemplo, questões fechadas, que limitam as respostas da(o) participante em sim e não, apresentam índices maiores de sugestionabilidade, sendo preferível o uso de questões abertas e escuta livre sobre o fato (Williams et al., 2014). Além disso, quando se trata de estudos que pretendem investigar a prevalência de comportamentos ou variáveis relacionadas a eles, as preocupações sobre validade estatística dos dados devem ser consideradas, como a representatividade da amostra e seleção das informações. Davis (1981/2016) argumenta, por exemplo, que no livro *"The politics of*

rape”, de Diana Russell, dos 22 casos de estupro relatados por mulheres da área da baía de São Francisco, 12 (mais da metade) envolviam mulheres brancas que foram estupradas por homens negros, de origem mexicana ou indígenas. Porém, originalmente foram realizadas, 95 entrevistas, nas quais apenas 26% dos autores de agressão sexual eram de minorias étnicas. O processo de seleção de quais relatos seriam publicados implicou na indução de uma falsa conclusão relacionada aos autores desse tipo de violência, além de produzir consequências políticas, como fortalecer o mito do estuprador negro.

Os estudos que empregam o uso de entrevistas podem basear-se em métodos qualitativos ou quantitativos. O método qualitativo geralmente é apoiado por procedimentos de análise de discurso, enquanto o método quantitativo adota procedimentos de estatística descritiva e inferencial (Baptista & Campos, 2015). Além disso, as pesquisas podem correlacionar fontes de dados de entrevistas com outras fontes, como documentos, leis e registros oficiais. Por exemplo, ao se questionarem se estadunidenses vivem mesmo em uma cultura do estupro, Buchwald, Fletcher e Roth (2005) apresentaram dados de dois programas administrados pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos que empregam dois métodos de coleta de dados diferentes entre si, porém, para a análise dos dados coletados, ambos utilizam procedimentos estatísticos em maior ou menor grau. São eles o *Uniform Crime Report* (URC) e o *National Crime Victimization Survey* (NCVS). O primeiro programa coleta dados de denúncias realizadas, cobrindo 96% da população, enquanto o segundo realiza pesquisas estatísticas com amostras representativas (por ano são entrevistadas 42.000 famílias, aproximadamente 76.000 pessoas) com o objetivo de estudar a vitimização da população como um todo. Comparando os dados desses programas, as autoras concluem que apenas 34% dos estupros e 26% das agressões sexuais são reportadas à polícia. As razões citadas por mulheres na pesquisa do NCVS para não reportarem tais crimes incluem: manter a agressão como um assunto pessoal, medo de represálias e proteção do agressor. Quanto maior a relação de proximidade entre as mulheres que foram vítimas e os agressores, maior a probabilidade de as violações não serem reportadas à polícia.

Diversos relatórios produzidos por órgãos governamentais, ONGs e empresas são baseados em pesquisas que utilizam o método *Survey* (questionários). Um exemplo é o *National Violence Against Women Survey* (NVAWS), realizado de 1995 a 1996 com o objetivo de levantar informações

sobre a prevalência de vítimas de estupro por gênero, idade e raça/etnia; características das vítimas de estupro, dos autores de estupro e sobre a ocorrência do estupro; a relação entre a vitimização de crianças, adolescentes em comparação com a de adultos; consequências físicas, sociais e psicológicas da vitimização do estupro; e satisfação com o sistema de justiça (Tjaden & Thoennes, 2006). No Brasil, um programa que emprega o uso de questionários é o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) administrado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O SIPS realiza estudos domiciliares e presenciais em 3.775 domicílios, em 212 municípios, abrangendo todas as unidades da federação, utilizando o método de amostragem probabilística, garantindo uma margem de erro de 5% a um nível de significância de 95% para o país como um todo e para as cinco grandes regiões. No Brasil, entrevistas em pesquisas especializadas no tema de violência sexual no âmbito nacional ainda não foram realizadas, porém, em 2013, um questionário sobre vitimização dessa violência foi integrada ao SIPS. Estimou-se que 527.000 tentativas de estupro ou estupros acontecem no país, por ano (IPEA, 2014). Essa estimativa deve ser observada com cautela, pois, como foi destacado, é possível que o método realizado pelo SIPS não seja o mais adequado para se estimar a prevalência do estupro, sendo alertado - em nota técnica pelo IPEA (2014) - que este número deve servir apenas como uma estimativa para o limite inferior de prevalência do fenômeno no país. Comparando esse dado com os registros do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2013), em 2012 apenas 9,6% (50.617 casos) das violações foram reportadas à polícia, aproximadamente. O registro de agressões sexuais, os estudos que estimam a prevalência da violência sexual e as correlações entre esses dois métodos de produção de dados sobre o fenômeno, evidenciam o baixo índice de denúncias. Sendo a denúncia um indicativo social de reprovação de determinado comportamento, a pequena frequência de queixas formais destaca que devem existir variáveis que afetam o comportamento da vítima de denunciar ou não, bem como aponta que os comportamentos dos agressores raramente são punidos formalmente.

Para uma melhor tipologia dos crimes sexuais, desde 2011 o Sistema de Informações de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan) tem apontado as principais características de vítimas e autores da violência no Brasil. A base de dados do Sinan é alimentada por notificações e investigações de profissionais da área da saúde, nos setores público e privado, sobre casos de doenças e agravos que constam da lista nacional

de doenças de notificação compulsória, o que inclui violência sexual. Dos 12.087 casos registrados pelo Sinan em 2011, as vítimas eram principalmente do sexo feminino em todas as faixas etárias (88,5%) e os autores das agressões eram majoritariamente do sexo masculino - acima de 90% em todas as faixas etárias (Cerqueira, Coelho, & Ferreira, 2017). Utilizar métodos que identifiquem as principais características dos autores de agressões, bem como quais pessoas geralmente são atacadas, auxilia na descrição do fenômeno e promove a investigação das variáveis que afetam a incidência das agressões. Os dados de pesquisas tipológicas sobre o estupro e abuso sexual, como aqui exemplificada com os dados do Sinan, têm demonstrado que a violência sexual se caracteriza como uma violência perpetrada por homens.

As diferenças de conceituação sobre violências sexuais, a forma como são registrados os dados, e os fatores sociais que afetam o comportamento de denunciar ou relatar a violência sexual afetam as pesquisas estatísticas, mesmo nos casos de registros oficiais. Por exemplo, em diversas legislações, o uso da força física é prerrogativa para que haja violência sexual, enquanto em outras, como na Lei Maria da Penha, o uso de coação e manipulação ampliam o que pode ser considerado este tipo de violência. Portanto, ao comparar a prevalência desses crimes em diferentes países é preciso levar em consideração qual critério de inclusão de agressões foi utilizado nas pesquisas. Outro fator relevante é a forma de registro de ocorrências. Quando uma vítima denuncia uma situação de violência sexual, pode-se contabilizar todos os episódios de agressões sexuais ou apenas um caso a partir da emissão de um único boletim de ocorrência. Exemplificando, a estimativa de vítimas de violência sexual poderia ser diferente da apontada nos estudos descritos anteriormente se a forma como as perguntas são feitas e a especificação das ocorrências fossem consideradas. Um dos itens de uma pesquisa realizada com 2.300 mulheres de 14 a 24 anos, das classes econômicas C, D e E demonstrou que 47% das entrevistadas afirmaram já terem sido forçadas a ter relações sexuais com o parceiro (Énois Inteligência Jovem, Instituto Vladimir Herzog & Instituto Patrícia Galvão, 2015). Se fosse possível detalhar aproximadamente quantas vezes cada uma dessas mulheres já foi forçada a ter relações com o parceiro, teríamos uma prevalência mais apurada da ocorrência de violência sexual nas relações íntimas de jovens brasileiras dessas classes econômicas. Os procedimentos descritos até aqui são amplamente utilizados em pesquisas nas áreas das ciências sociais e ainda para o reconhecimento

de problemas sociais e úteis para a formulação de ações do Estado.

Um estudo transcultural realizado em 1981, por Sanday, exemplifica outra forma de estudar o estupro, para além dos dados epidemiológicos e da tipologia do crime: olhando para o contexto sociocultural do estupro. Uma amostra transcultural padrão publicada por Murdock e White em 1969, consistia em descrever diversas características de 186 sociedades em um período de tempo que varia de 1750 a.C. até o final dos anos 1960. As sociedades incluídas na amostra padrão são distribuídas de forma relativamente igual entre as seis principais regiões do mundo. Sanday (1981) selecionou 156 sociedades da amostra que continham dados sobre estupro, segundo suas definições. O objetivo do estudo foi fornecer um perfil descritivo de sociedades "propensas ao estupro" e "sem estupro", e apresentar uma análise das atitudes, motivações e fatores socioculturais relacionados à incidência de estupro. Para isso, 21 variáveis foram codificadas com base em códigos publicados na revista *Ethnology*; materiais de bibliotecas; e os arquivos da área de relações humanas. A autora discute a variação da incidência de estupro de acordo com a cultura, verificando que as altas taxas de estupro ocorrem em configurações culturais distintas das quais há baixas taxas. Os dados sugerem que o estupro faz parte de uma configuração cultural que inclui violência interpessoal, dominância masculina (poder e a autoridade femininos são menores nas sociedades propensas ao estupro e mulheres quase não participam da tomada de decisão pública enquanto os homens expressam desprezo pelas mulheres que o fazem), e separação sexual (presença de estruturas ou locais onde as pessoas se reúnem em grupos do mesmo sexo).

Outra forma de investigação importante refere-se a verificar se modelos presentes na cultura afetam o comportamento de agredir sexualmente a partir de estudos que avaliam a correlação entre pornografia e violência de gênero. Bridges, Wosnitzer, Scharrer, Sun e Liberman (2010) avaliaram e classificaram cenas de vídeos pornográficos populares, para indicar a exibição (ou não) de violência. Foram avaliadas cenas selecionadas a partir de listas dos vídeos mais alugados, publicada mensalmente pela *Adult Video News* (AVN). Foram selecionados os 30 vídeos que foram classificados como melhores, em cada lista, de dezembro de 2004 a junho de 2005. Após a exclusão de duplicações, a amostra consistiu em 275 títulos, sendo 304 cenas extraídas de 50 vídeos selecionados aleatoriamente. Para a análise das cenas foram operacionalizadas as variáveis referentes à cena (personagens, atos sexuais, posição de ejaculação, presença de agressão

física e verbal e presença de comportamentos positivos, como abraçar, beijar e elogiar). Quando houve agressão, os atos foram descritos em: tipo de ato agressivo, perpetradores e alvos de agressão, e resposta do alvo à agressão. Das cenas analisadas, 88,2% continham agressão física, principalmente palmadas, amordaçamento e bofetadas, enquanto 48,7% das cenas continham agressão verbal, principalmente xingamentos. Os autores da agressão eram geralmente do sexo masculino (70,3%), enquanto os alvos da agressão eram, frequentemente, do sexo feminino (94,4%). As respostas mais frequentes à agressão, emitidas pelos alvos, foram demonstração de prazer ou respostas classificadas como neutra. Tal resultado implica na demonstração de que a pornografia inclui violência contra atrizes. O impacto desses modelos no comportamento de quem assiste foi investigado pelo estudo relatado a seguir.

A relação entre visualização regular de pornografia *online*, coerção e abuso sexual, e o envio e recebimento de imagens sexuais (conhecidas como *sexting*) foi avaliada por Stanley et al (2016). A pesquisa foi realizada em 45 escolas de cinco países europeus, com o uso de questionários que eram respondidos individualmente. As categorias de análise (abuso e coerção sexual, *sexting*, igualdade de gênero e visualização de pornografia) foram abordadas em grupos de questões detalhadas do estudo (Stanley et. al, 2016). A pesquisa foi complementada por entrevistas qualitativas. Para a análise dos dados foi utilizado o programa *Statistical Package for Social Science* (SPSS), executando estatísticas descritivas, incluindo tabulações cruzadas para cada país. Foi realizado testes do qui-quadrado para identificar os efeitos de gênero em cada país. Também se utilizou análise multivariada para explorar ainda mais a relação entre o uso da coerção sexual por parte dos meninos e sua relação com a visualização regular de pornografia. A análise de dados limitou-se ao uso da coerção sexual pelos meninos, pois neste estudo, menos de 8% de meninas relataram usar comportamento sexualmente coercitivo. Em suma, as taxas de visualização regular de pornografia *online* foram maiores entre os meninos, e foram significativamente associadas à perpetração de coerção, abuso sexual e *sexting*. Além disso, os meninos que assistiram regularmente a pornografia *online* eram significativamente mais propensos a apresentar atitudes negativas em relação à igualdade de gênero. Os dados apresentados são relevantes, pois se trata da primeira pesquisa comparativa em larga escala sobre o assunto, porém seus resultados não podem ser generalizáveis para todos os jovens dos cinco países, pois não foi possível construir uma

amostra aleatória.

Outro método utilizado nas ciências sociais refere-se a estudos de casos e pode ser classificado como exploratório, descritivo ou analítico. Este método pode elucidar questões sobre fenômenos que são difíceis de estudar em ambiente laboratorial. Um exemplo desse tipo de estudo é a etnografia do ciberespaço após uma notícia de violência sexual, realizada por Rost e Vieira (2015). As autoras realizaram uma análise das narrativas dos participantes de um debate online sobre o episódio no qual o diretor teatral Gerald Thomas enfiou a mão por debaixo do vestido da repórter Nicole Bahls sem consentimento e publicamente. A partir da análise de 172 comentários publicados em um texto sobre o ocorrido, as pesquisadoras verificaram quais convenções de gênero os participantes estavam defendendo quando discutiam a violência sexual e como elas ganhavam sentido, dando ênfase à dimensão simbólica da disputa sobre os direitos das mulheres (Rost & Vieira, 2015). As pesquisadoras concluem que “a noção de violência sexual é atravessada por moralidades relativas a convenções de gênero e sexualidade que interferem na percepção dos direitos individuais das mulheres.” (Rost & Vieira, 2015 p. 261). Em termos comportamentais, precisaríamos explicar o que são moralidades relativas a convenções de gênero e como elas interferem na percepção dos direitos individuais das mulheres. Uma forma de investigar isso, na Análise do Comportamento, seria utilizar métodos experimentais que abordam os processos envolvidos no comportamento simbólico, como será abordado mais adiante.

4.2 Pesquisas em Psicologia

No campo da Psicologia, diversos pesquisadores também vêm se dedicando a estudar questões presentes em uma cultura do estupro. As questões vão desde estereótipos de gênero, que contribuem para a manutenção de acesso desigual de homens e mulheres a reforçadores, passando por variáveis envolvidas na naturalização da violência sexual (e.g., Kahn, Jackson, Kully, Badger, & Halvorsen, 2003), até “perfis” de agressores e busca por fatores que mantêm a violência sexual (e.g., Nunes, Hermann, & Ratcliffe, 2013). A produção acadêmica em Psicologia emprega métodos experimentais ou quase-experimentais, além de realizar pesquisas do tipo *Survey*, como em outros campos citados neste capítulo. Grande parte dessas pesquisas foi conduzida por psicólogas de abordagem cognitivista, como será apresentado a seguir.

Uma questão que tem sido bastante estudada é o que as pessoas entendem por estupro. Para tanto, Ryan (1988) utilizou o método de pedir a estudantes universitários que descrevessem um estupro típico e uma situação de sedução típica, dando o máximo de detalhes possível sobre o que teria acontecido, as circunstâncias e pessoas envolvidas. Na abordagem cognitivista, a descrição feita por cada participante é entendida como um *script*, ou seja, um protótipo de como estas situações costumam acontecer. Para análise, foram identificados os elementos presentes nos *scripts* e cada um destes foi codificado em uma escala de frequência. Os resultados apontaram que a maioria dos participantes via estupro com um ato violento, acontecido à noite, em local de acesso público, onde um homem com problemas mentais ou sociais e desconhecido por uma mulher a ataca e usa força física para penetrá-la, enquanto a vítima apresenta resistência.

Outros métodos têm sido utilizados para identificar quais variáveis influenciam a nomeação de um ato como estupro. Um deles se dá através da comparação entre as respostas do participante a uma lista de comportamentos que ele pode ter praticado (ou, no de caso de mulheres, aos quais ela pode ter sido submetida) e sua resposta sobre ter praticado (ou sofrido) estupro. Na lista, constam comportamentos como “ter fisicamente forçado uma mulher a ter relações sexuais” e “ter feito sexo com uma mulher que estava inconsciente”, os quais são considerados estupro pela lei. Então, os participantes que afirmam ter praticado (ou sofrido) pelo menos um desses comportamentos, mas dizem que nunca estupraram (ou foram estupradas), são agrupados separadamente daqueles que dizem expressamente ter praticado (ou sofrido) estupro. Em seguida, os grupos são comparados em termos de características dos participantes e/ou da situação que vivenciaram. Este método foi usado tanto com participantes homens (e.g. Edwards, Bradshaw, & Hinsz, 2014²) como com participantes mulheres (e.g., Koss, Dinero, Seibel, & Cox, 1988; Kahn & Mathie, 1994; Kahn et al., 2003; Layman, Gidycz & Lynn, 1996; Peterson & Muehlenhard, 2004). Alguns resultados encontrados nesses estudos apontam que é menos comum que a vítima nomeie o que sofreu como estupro caso tenha uma relação com o agressor, não tenha lutado contra este ou considere ter tido um comportamento sexualmente provocativo.

Um terceiro método usado para investigar o que seria considerado

² Neste estudo, o relato coletado não foi sobre o comportamento passado, mas sobre a intenção de comportamento futuro.

estupro é através da apresentação de histórias de estupro (chamadas de vinhetas) aos participantes, como no estudo de Sasson e Paul (2014). Estas autoras escreveram uma história fictícia, com variações, que narrava um estupro e pediram a trabalhadores de uma empresa que escolhessem, dentre as opções “agressão sexual”, “abuso sexual”, “estupro” ou “nenhuma dessas”, a expressão que melhor descrevia a situação da história que cada um leu. Em seguida, as respostas dos participantes foram analisadas em busca de correlações entre rotular a vinheta lida como estupro e algumas variáveis, como gênero da(o) participante e ter sido vítima de violência sexual. As autoras encontraram que, independentemente das variações na história, não nomear a situação como “estupro” estava positivamente correlacionado a altos escores em um instrumento que mede o grau de concordância com mitos sobre violência sexual, a Escala de mitos modernos sobre violência sexual (AMMSA, em inglês), desenvolvida por Gerger, Kley, Bohner e Siebler (2007), que será abordada mais adiante.

Vinhetas desse tipo também foram usadas em uma série de estudos que pretendiam verificar quais características presentes nas histórias poderiam implicar que os participantes culpabilizassem mais as vítimas (para uma revisão, ver Grubb & Harrower, 2008; para uma meta-análise, ver Whatley, 1996). O método comumente utilizado nesses estudos foi de apresentar, para os participantes, vinhetas que narravam situações de estupro e pedir que estes dissessem a quem deveria ser atribuída a responsabilidade por aquela situação. Para verificar se havia diferença na culpabilização de acordo com as variáveis escolhidas, eram apresentadas, a dois ou mais grupos de participantes, vinhetas similares que variavam apenas em termos de características da vítima, do agressor ou das circunstâncias (e.g., se a vítima usava roupas que mostravam ou que cobriam mais o seu corpo). Em geral, um grupo de participantes (agrupados de maneira aleatória) lia e respondia a apenas uma vinheta. Uma possibilidade de análise de dados nesses estudos (por exemplo, quando era utilizada uma escala do tipo *Likert*) é através da comparação das médias das respostas entre os grupos que responderam a um tipo ou outro de vinheta. Se a média da responsabilidade atribuída em uma vinheta fosse significativamente maior do que a média em outra, entender-se-ia que as vítimas teriam sido mais culpabilizadas quando a característica analisada estivesse presente. Tomados em conjunto, esses estudos apontam que mulheres que (a) estavam usando roupas que mostram mais seus corpos, (b) apresentavam comportamento moral “menos respeitável” (como ingerir bebidas alcoóli-

cas ou trabalhar em boates) e/ou (c) conheciam o seu agressor tendem a ser mais culpabilizadas pelo estupro que sofreram, em comparação com as que não apresentavam essas características nas vinhetas.

Instrumentos como a AMMSA têm sido usados desde 1980 para acessar crenças que negam, justificam ou minimizam a violência sexual (e.g. Burt, 1980; Payne, Lonsway, & Fitzgerald, 1999; Gerger et al., 2007). Esses autores defendem que essas crenças contribuem para ocorrência de estupros. O primeiro instrumento desse tipo foi a Escala de aceitação de mitos sobre estupro (Burt, 1980) que conta com itens como “na maioria dos estupros, a vítima é promíscua ou tem uma reputação ruim” e “uma mulher que pega carona merece ser estuprada”. Cada um dos 19 itens deve ser respondido em uma escala de sete pontos que vai de “concordo totalmente” a “discordo totalmente”. Devido às crescentes manifestações feministas na sociedade, concordar com tais mitos têm se tornado cada vez mais reprovável pelas pessoas, de forma que o instrumento desenvolvido por Burt (assim como outros mais antigos) pode ser atualmente menos sensível a acessar atitudes sobre violência sexual (Gerger, et al., 2007). Foi pensando nisso que Gerger e colaboradores (2007) desenvolveram a AMMSA. Este instrumento conta com frases mais sutis a respeito desse tipo de violência, mas que também contribuem para a sua manutenção. Dessa forma, os autores encontraram que tanto em uma população de estudantes americanos, como de estudantes alemães, as respostas a esta escala obedecem à curva normal da estatística. Em outras palavras, esse instrumento se mostrou mais sensível a identificar variações no grau de aceitação dos mitos entre indivíduos de um grupo, em comparação com as outras escalas aqui citadas. Exemplos de itens da AMMSA são: “a discussão sobre assédio sexual no trabalho resulta principalmente da má interpretação de comportamentos inofensivos como sendo assédio” e “em um encontro, a expectativa comum é que a mulher ‘puxe o freio’ e o homem ‘pise no acelerador’” (Gerger, et al., 2007, tradução da autora).

Embora a AMMSA tenha se mostrado um bom instrumento para acessar a concordância com mitos sobre estupro, é importante notar que este é um instrumento de autorrelato e, como tal, está sujeito ao viés de desejabilidade social. Com o intuito de evitar esse tipo de viés, foram criados instrumentos que acessam atitudes chamadas pela literatura cognitivista de “implícitas” (e.g., Nunes et al., 2013)³. Parafraseando Nunes et al. (2013),

³ Para uma discussão mais aprofundada sobre atitudes implícitas neste livro, consulte o capítulo 05

atitudes implícitas são associações automáticas com caráter avaliativo a respeito de um dado objeto. Esses autores usaram um instrumento denominado *Implicit Association Test* (IAT) para acessar atitudes diante da apresentação da palavra-estímulo “estupro”. Além disso, foi aplicado um instrumento no qual os participantes, todos homens, deveriam responder se e quantas vezes tinham praticado determinados comportamentos que se caracterizam como violência sexual contra uma mulher (e.g., pressioná-la ou forçá-la fisicamente para fazer sexo oral). Com base nessas respostas, os participantes foram separados em grupos de agressores e não agressores. Cada participante foi solicitado ainda a pensar em três consequências que poderiam acontecer para ele caso forçasse uma mulher a fazer sexo com ele. O participante deveria avaliar cada uma das consequências numa escala que ia de -3 (muito negativo) a +3 (muito positivo) e, então, era feito um cálculo final somando as três consequências, numa tentativa de determinar se o participante considerava que este comportamento “valia a pena”.

Para verificar a automaticidade das associações entre a palavra-estímulo e coisas positivas e entre aquela e coisas negativas, Nunes e colaboradores (2013) mensuraram a diferença da latência da resposta dos participantes diante dos diferentes blocos de apresentações. No bloco tipo 1, a palavra “estupro” se encontrava no mesmo lado da tela que a palavra “mau”, enquanto “não-estupro” aparecia juntamente com a palavra “bom”, já no bloco tipo 2, o contrário acontecia. No centro da tela, apareciam outras palavras comumente vistas como positivas ou negativas. Nos blocos tipo 1, os participantes deveriam pressionar uma tecla à direita se a palavra combinasse com “estupro” ou “mau”, e também, deveriam pressionar uma tecla à esquerda se a palavra combinasse com “não-estupro” ou “bom”. A ideia por trás disso é que a latência dessa resposta seria menor para pessoas que associam estupro com algo ruim em comparação com pessoas que não associam. Por outro lado, no bloco tipo 2, haveria um conflito para essas pessoas, uma vez que tanto “estupro” como “bom” estão do mesmo lado da tela, então ao ver uma palavra no centro que deve ser associada com um dos lados, a latência da resposta deve ser maior do que no bloco tipo 1. De fato, este foi o resultado encontrado para o grupo de homens não agressores. No entanto, ao contrário do que os autores esperavam, o resultado foi similar para os agressores, ou seja, eles também responderam mais rápido no bloco tipo 1 do que no bloco tipo 2. Porém, para o grupo de agressores a diferença na rapidez foi menor do

que para o grupo não agressor. Em outras palavras, para homens não agressores há uma associação mais forte entre “estupro” e “mau” do que para agressores.

Os resultados desse IAT podem ser interpretados a partir do que foi constatado em outros estudos aqui citados. A palavra estupro frequentemente é usada para descrever um tipo específico de penetração forçada (em geral, com o agressor sendo um desconhecido, usando força, etc.), o que mantém uma visão estereotipada sobre estupro, de forma a ignorar uma série de características que podem se fazer presentes nestes crimes. Dessa forma, os participantes do IAT em Nunes et al. (2013) parecem de fato associar a palavra estupro a coisas negativas, mas os participantes agressores possivelmente não relacionam os atos que cometeram com a palavra estupro. Portanto, a forma como são rotulados os atos sexuais violentos parece contribuir para a naturalização destes, o que, juntamente com a culpabilização da vítima, são contingências encorajadoras e/ou permissivas com comportamentos abusivos, ou seja, estão presentes em uma cultura do estupro.

Nesta seção, vimos que a psicologia tem usado métodos diversos para investigar a questão da violência sexual e que os resultados encontrados contribuem para a concepção de que vivemos em uma cultura do estupro. Como citamos anteriormente, na perspectiva cognitivista, crenças e atitudes são, em grande medida, a explicação do porquê um homem se comporta de maneira a agredir uma mulher sexualmente. Para a Análise do Comportamento, no entanto, o comportamento de agredir (bem como as crenças e atitudes) é determinado pelas contingências de reforçamento e punição as quais os indivíduos estão submetidos. Além disso, os estudos aqui citados focam na topografia, e não na função dos comportamentos investigados. Assim, entendemos que para estudos analítico-comportamentais a respeito da cultura do estupro, faz-se necessária a aplicação e/ou o desenvolvimento de métodos compatíveis com esta perspectiva, ou ainda uma proposta diferente de interpretação dos dados encontrados a partir de métodos utilizados por outros campos de conhecimento.

4.3 Pesquisas em análise do comportamento

A análise do comportamento carece, ainda, de uma discussão sobre os fatores culturais envolvidos com a violência sexual. De fato, em busca sobre

esse tema em revistas especializadas (*Acta Comportamentalia*, *Behavior and Social Issues*, *European Journal of Behavior Analysis* (EJOBA), *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *Revista Brasileira de Análise do Comportamento* (REBAC), *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* (RBTC), *The Behavior Analyst*, *The Behavior Analyst Today* e *Psychological Record*) não foi encontrado nenhum artigo que versa-se especificamente sobre o tema da violência sexual relacionada a aspectos culturais, de gênero ou a fatores de risco e proteção. Apesar disso, um estudo encontrado versava sobre o tratamento psicoterapêutico de mulheres vítimas de violência, com enfoque em estratégias de atendimento quando estas apresentam estresse pós-traumático (Garcia & Bolsoni-Silva). Nesta busca, realizada para os fins deste capítulo, foram utilizadas as palavras-chave "*rape*", "*estupro*", "*sexual violence*", "*violência sexual*", "*sexual abuse*", "*abuso sexual*", "*sexual aggression*", "*agressão sexual*", "*sexual harassment*", "*assédio sexual*", e "*sexual assault*". No entanto, alguns dos artigos encontrados abordam brevemente a questão, embora esta não seja o assunto principal (e.g. Roche & Barnes, 1998; Roche & Barnes-Holmes, 2002).

Além de ser escassa a discussão sobre cultura e violência sexual na análise do comportamento, até o presente momento, não há estudos publicados que discutam cultura do estupro. O conceito de cultura do estupro auxiliou a ampliação do campo de investigação sobre violência sexual ao (a) descrever um espectro de comportamentos abusivos dos mais sutis aos mais graves, incluindo violências negligenciadas pela investigação científica até o início da década de 70, como o estupro no casamento; e (b) investigar as variáveis culturais que afetam a prevalência dessas violências. Além disso, como apontado na revisão feita por Couto e Dittrich (2017), há poucos estudos em análise do comportamento que versem sobre qualquer questão feminista. No entanto, algumas pesquisas sobre estereótipos de gênero (e.g. Roche & Barnes, 1996; Drake et al., 2010; Cartwright, Roche, Gogarty, O'Reilly, & Stewart, 2016) podem contribuir para uma discussão feminista e analítico-comportamental sobre comportamentos e contingências presentes em uma cultura do estupro.

Um experimento desenvolvido por Roche e Barnes (1996) investigou o responder dos participantes sobre categorias sexuais no que diz respeito à dominância e submissão. Este estudo se embasa na Teoria das Molduras Relacionais (RFT, em inglês), a qual propõe que o comportamento verbal pode ser entendido como responder relacional arbitrariamente aplicável

(RRAA) (ver Hayes, Barnes-Holmes, & Roche, 2001). De maneira resumida, isso quer dizer que aprendemos relações arbitrárias entre coisas no mundo (o que inclui objetos, palavras e nós mesmos) e, mais do que isso, aprendemos um operante verbal de relacionar coisas de maneira arbitrária (ou seja, muitas relações não precisam ser diretamente ensinadas, pois temos a capacidade de derivar uma relação a partir de outras que aprendemos anteriormente) e diferentes tipos de relações (como de similaridade, oposição, comparação). No estudo de 1996, Roche e Barnes usaram categorias sexuais para demonstrar em laboratório como é possível aprender o significado de uma dica contextual (a qual determina o tipo de relação entre dois estímulos). Inicialmente, os participantes foram expostos a um pré-treino para aprender que determinados símbolos (dicas contextuais) tinham os significados de “igual”, “oposto” ou “diferente”, através de um treino de relações entre estímulos diante desses símbolos. Em seguida, em uma série de tentativas, uma das palavras-estímulo “vagina”, “pênis” e “amnésia” aparecia no centro de uma tela como estímulos-modelo, juntamente com um dos símbolos aprendidos no pré-treino, este na parte de cima da tela, e as palavras “submeter-se”, “dominar” e “esquecer”, que eram os estímulos de comparação. Em cada tentativa, os participantes eram solicitados a escolher uma das palavras de comparação, que dependia da dica contextual, e nunca recebiam feedback pela escolha. Foi verificado que, diante da dica contextual de igualdade, todos os participantes relacionavam a palavra “vagina” com a palavra “submeter-se” e a palavra “pênis” com a palavra “dominar”, bem como, diante da dica contextual de oposição, relacionavam a palavra “vagina” com “dominar” e a palavra “pênis” com “submeter-se”, em pelo menos nove de 10 tentativas. Isso quer dizer que os participantes de alguma forma aprenderam na sua história de vida que o órgão sexual das mulheres teria um papel de submissão, enquanto o dos homens teria um papel de dominação. Essa aprendizagem provavelmente foi verbal e indireta (no sentido de que o participante não teria ouvido especificamente que vagina é igual submeter-se).

Em uma publicação posterior (Barnes & Roche, 1997), esses autores retomaram os resultados encontrados em 1996 para levantar uma breve discussão sobre a influência que o aprendizado cultural de relações verbais entre estímulos pode ter sobre o comportamento de estuprar. Nesta perspectiva, o estupro adquire função reforçadora para homens devido ao ensino verbal de que mulheres seriam submissas e deveriam ser controladas, e de que os homens seriam o oposto disso (dentre outras relações

verbais que os membros da cultura produzem e reproduzem). Segundo esses autores, isso explicaria a dificuldade em eliminar o comportamento de estuprar usando técnicas tradicionais na terapia comportamental (e.g., extinção), já que há uma ampla aprendizagem verbal que vai além do pareamento direto entre sexo e violência. Embora essas sejam considerações importantes, esse artigo trata de sexualidade humana em geral, de forma a não focar na questão da violência sexual. Em dois artigos posteriores (Roche & Barnes, 1998; Roche & Barnes-Holmes, 2002), esses autores retomaram essas considerações, ainda mantendo o mesmo enfoque.

O estudo de Roche e Barnes (1996) não tinha o objetivo de verificar, muito menos de discutir, a existência de papéis sexuais estereotipados. Do contrário, relações estereotipadas foram usadas para verificar a existência de processos descritos pela RFT (ou seja, a partir da pressuposição de que há um papel sexual atribuído às mulheres oposto ao atribuído aos homens, os autores usaram as relações entre os sexos e respectivos papéis para verificar em condições de laboratório a existência do responder relacional a partir de relações de coordenação, oposição e diferença). Isso tem sido feito através de outros procedimentos utilizados pela análise do comportamento, dentre eles, o *Implicit Relational Assessment Procedure* (IRAP) (Barnes-Holmes et al., 2006). Este procedimento é similar ao IAT, porém foi desenvolvido por analistas do comportamento e investiga o RRAA. Segundo Barnes-Holmes, Barnes-Holmes, Luciano e McEnteggart (2017), respostas relacionais se encontram num *continuum* entre respostas relacionais breves e imediatas (RRBI) e respostas relacionais elaboradas e estendidas (RREE), a partir do grau de derivação, coerência e complexidade da relação. Nesse sentido, uma RRBI tende a acontecer de maneira muito rápida (são as chamadas atitudes implícitas pela literatura cognitivista), enquanto uma RREE tende a acontecer quando o sujeito tem um certo tempo para pensar e elaborar sua resposta. O IRAP tem sido usado como um procedimento para identificar, através de respostas relacionais, vieses no que tange a estímulos socialmente relevantes, como é o caso de estereótipos de gênero. Para tanto, os participantes são instruídos e solicitados a responder, em determinados blocos, que uma relação entre dois estímulos (por exemplo, “homem” e “ciências exatas”) é verdadeira e, em blocos alternados, que esta relação é falsa. Além disso, devem responder o mais rápido possível, tendo um tempo máximo para cada tentativa (em geral, dois segundos), o que garantiria que a resposta dada seja uma RRBI e não uma RREE. Assim como no IAT, a ideia é evitar respostas de acordo

com a desejabilidade social ou outros vieses possíveis em instrumentos de autorrelato. Os resultados são analisados através da comparação da latência de resposta dos participantes entre os dois tipos de blocos para cada par de estímulos. Nos blocos onde há relações consistentes com a história de vida do participante, a latência da resposta tende a ser menor do que nos blocos onde há relações inconsistentes. Uma vantagem do IRAP em relação ao IAT é permitir uma análise do resultado de cada par de estímulos em separado.

Um levantamento feito por Freitas (2017) encontrou sete estudos que utilizaram estímulos relacionados a gênero em IRAPs. Dentre esses, destacamos o estudo de Hussey et al. (2016), que versou sobre a objetificação e desumanização das mulheres, uma questão de grande importância na cultura do estupro. No entanto, esses autores estavam mais interessados em usar os resultados para discutir características do IRAP do que para discutir a forma como as mulheres são tratadas. Um resumo dos resultados deste e dos outros estudos pode ser encontrado no capítulo 05 deste livro, assim como uma discussão sobre o uso do *Function Acquisition Speed Test* (FAST) para investigações similares. O FAST (Cartwright, Roche, Gogarty, O'Reilly, & Stewart, 2016) é um procedimento parecido com o IRAP, porém mede-se o tempo que os participantes levam para aprender a responder em cada bloco. Dessa forma, os resultados são analisados através da comparação das curvas de aprendizagem dos diferentes blocos.

Dentre os estudos publicados em análise do comportamento, aquele que mais tenta se aproximar de uma concepção cultural sobre violência sexual é o de Hertzog, Wright e Beat (2008). Foi investigada uma série de variáveis presentes em empresas, visando identificar possíveis fatores que estariam envolvidos na emissão ou não de comportamentos de assédio sexual em contexto de trabalho. Dentre as variáveis, constavam a presença de workshops de treinamento, o tamanho da organização e a proporção de mulheres empregadas. Os dados foram extraídos a partir de entrevistas com funcionários de diversas empresas e foram analisados estatisticamente os dados de 303 delas, de forma a apontar correlações entre a presença de determinada variável organizacional, a presença ou não de assédio, e o registro de denúncia sobre assédio. Os resultados encontrados não foram conclusivos a respeito das correlações entre essas variáveis e a presença ou não de assédio. Os autores, apontaram, principalmente, que a presença de políticas formais antiassédio não foi suficiente para evitar esse tipo de violência. Sugerem, portanto, intervenções comportamentais.

Para tanto, seria necessário intervir sobre comportamentos, por exemplo, a partir de regras e mudanças nos sistemas de recompensa.

Um último estudo que merece destaque nesta seção é o de Guerin e Ortolan (2017). Embora este estudo não trate explicitamente sobre a violência sexual, aborda a violência entre parceiros e, conforme apresentamos mais cedo, dados demonstram que a violência sexual acontece nos relacionamentos com frequência. Ainda, é nesse contexto que as mulheres menos denunciam o ocorrido. Guerin e Ortolan (2017) realizaram análises sobre a violência doméstica que são úteis para a compreensão das estratégias de controle dos homens em relação às companheiras, além de apresentar um modelo de estudo analítico-comportamental que inclui contextos sociais mais amplos nas análises individualistas. Guerin e Ortolan utilizaram materiais já publicados sobre violência contra mulher para identificar algumas estratégias gerais de controle e posteriormente apresentaram possíveis contingências das quais essas estratégias são produto. Essa análise baseou-se no método desenvolvido por Guerin (2016). Foram encontrados diversos comportamentos que sugerem cinco padrões funcionais comuns na violência doméstica: ações físicas diretas e ameaças à mulher; manipular o contexto para controlar o comportamento da mulher; estratégias para manter segredos dentro dos relacionamentos; estratégias para monitorar ou descobrir sobre a mulher, suas atividades e contatos sociais; e construções verbais para ameaçar ou persuadir a mulher sobre a visão do homem para o mundo. Também foram analisados como homens estabelecem que seus comportamentos sejam conseqüenciados pela mulher, através de exigências, sutis ou não, sobre: obtenção de recursos (sexo, controle financeiro, serviços domésticos); atenção (pré-condição para outras estratégias); conformidade verbal (tornar a mulher complacente com grande número de demandas e comandos); concordância com os “fatos” (mulher, além de seguir, concorda com regras patriarcais); e evitar o controle de outros (mulher evita o controle de outras pessoas que não o companheiro). Como estratégias de controle sobre as parceiras, os homens podem usar violência física e psicológica, no entanto, posteriormente, basta um lembrete (pré-aversivo) da violência para exercer controle.

Esses padrões comportamentais podem começar com frequência e intensidade menores, porém, com o tempo se tornam mais violentos. Por fim, os autores incluíram em suas análises o papel dos contextos sociais e políticos. Argumentaram que a maioria das estratégias não funcionaria

sem a aceitação social de tais contextos e privilégios diferenciais, identificados como parte do patriarcado. Embora o estudo não trate especificamente sobre a violência sexual, nos instrumentaliza para identificar que ela pode ocorrer nesses contextos. Por exemplo, é aceito socialmente que homens exerçam direito sobre a sexualidade da mulher. Utilizando estratégias classificadas como conformidade com os “fatos” e manutenção de segredos dentro do relacionamento, é provável que sexo forçado não seja discriminado, pela mulher, como estupro, bem como, esta apresente resistência a tornar tal assunto público através da denúncia.

A partir dos artigos citados nesta seção, observa-se que quase todas as pesquisas feitas por analistas do comportamento sobre gênero, sexualidade e/ou violência apenas tangenciam questões sobre cultura do estupro, sem discuti-las ou mesmo usar essa expressão. Faz-se necessário uma análise feminista comportamental desses resultados, de forma a enriquecer o debate já existente em outras correntes da psicologia e, sobretudo, outros campos do conhecimento.

4.4 Por uma Análise do Comportamento comprometida com a perspectiva feminista sobre a violência sexual

A produção acadêmica advinda de outras áreas do conhecimento aponta a presença de topografias de comportamentos sexualmente abusivos por parte de homens em direção a mulheres e formula explicações para a sua existência: crenças, contexto macro, etc. Análises históricas, dados estatísticos, comparações entre diferentes sociedades, grupos e indivíduos, bem como estudos correlacionais, contribuíram para a identificação de prováveis variáveis sociais, culturais e características pessoais que favorecem a ocorrência de estupros. A análise do comportamento, no entanto, tradicionalmente investiga fenômenos através de diferentes delineamentos experimentais, mas principalmente, do delineamento de caso único (embora outros métodos também sejam empregados). Esta seria uma primeira proposta de investigação comportamental sobre a cultura do estupro. No entanto, quando se trata de determinar quais variáveis aumentam ou diminuem a probabilidade da emissão de comportamentos sexualmente abusivos, nota-se que pesquisas experimentais com manipulação de variável podem ser eticamente problemáticas. Por exemplo, uma forma de com-

provar que a pornografia influencia a ocorrência de estupros seria utilizar como sujeitos garotos que nunca tivessem tido contato com pornografia. Inicialmente, deveríamos estabelecer uma linha de base sobre a frequência de comportamentos abusivos e, posteriormente, expor esses garotos a filmes pornográficos por certo período de tempo, enquanto avaliamos se houve mudança na frequência dos comportamentos de interesse. Ainda que fosse um dado importante, tratar-se-ia de um resultado indesejado, uma vez que não queremos que um indivíduo adquira um novo comportamento deste tipo.

Outra forma de manipular variáveis envolveria a redução de práticas culturais e comportamentos relacionados à dominação masculina, apresentados pelos participantes previamente, que afetam a cultura do estupro. Por exemplo, a pesquisa desenvolvida por Moxon, Keenan e Hine (1993) tinha o objetivo de reduzir estereótipos de gênero através de um procedimento de emparelhamento com o modelo. Os resultados, no entanto, foram pouco animadores, provavelmente porque se tratam de relações que fazem parte de uma rede relacional, e nesta as relações entre os estímulos podem ter sido reforçadas por muitos anos nas vidas dos sujeitos, em diversos contextos.

Dentre os métodos não experimentais utilizados na área, destaca-se o uso dos fundamentos do Behaviorismo Radical e princípios da Análise do Comportamento para produção de interpretação e levantamento de hipóteses funcionais para analisar fenômenos culturais. Citado anteriormente, o estudo realizado por Guerin e Ortolan (2017) é um bom exemplo de utilização desse tipo de procedimento. Além disso, pode-se utilizar métodos tradicionalmente empregados por outras áreas do conhecimento e interpretá-los a partir da perspectiva analítico-comportamental.

Por fim, as analistas do comportamento podem usar dados já levantados por pesquisas feitas na área para promover a discussão feminista, através de análises culturais sobre a violência sexual. É importante, por exemplo, discutir como os estereótipos de gênero abordados nos estudos de Drake et al. (2010) e Cartwright et al. (2016) são formados e mantidos na sociedade, de que forma eles contribuem para a dominação masculina e para existência da violência sexual enquanto uma violência de gênero, e quais contribuições a análise do comportamento tem a trazer para modificar isso. Similarmente, deve-se discutir quais práticas culturais contribuem para a objetificação e desumanização da mulher, abordadas por Hussey et al. (2016), e quais intervenções podem ser feitas na cultura para que elas

deixem de existir. Mais do que isso, é importante estabelecer um diálogo com outras áreas do conhecimento e suas formas de investigação. Desta forma, será possível desenvolver interpretações comportamentais sobre o que sociólogas, antropólogas, criminalistas, psicólogas vêm discutindo a respeito de cultura do estupro, produzir novos conhecimentos sobre o tema e contribuir para as tentativas de mudança desta cultura. Um primeiro passo nesse sentido foi dado no estudo de Gonçalves (ver capítulo Y deste livro), que utilizou o método de Análise Crítica do Discurso para identificar elementos da cultura do estupro presentes em notícias de jornais e discutir sobre práticas culturais envolvidas nesta cultura, e no artigo de Freitas e Morais (no prelo), mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. Neste último, foi realizada uma análise comportamental de práticas culturais e comportamentos presentes na cultura do estupro a partir de considerações feministas. Conceitos da Análise do Comportamento como modelagem, modelação e equivalência de estímulos para discutir a categorização por gênero, os modelos midiáticos de papéis sexuais, o conceito de mitos sobre estupro e como nos comportamos em função deles, as práticas de culpabilização da vítima e acolhimento das mesmas e o processo de justiça relacionado à violência sexual.

Concluimos que falar sobre cultura do estupro não significa naturalizar a violência sexual, pelo contrário, visa descrever as contingências que permitem a naturalização de comportamentos e práticas culturais envolvidas na ocorrência de abusos e agressões sexuais. Neste caso, a utilização do conceito cultura do estupro em pesquisas aponta para o fato das violências sexuais acontecerem em um contexto patriarcal, portanto, prescrições para a erradicação dessa violência incluem intervenções pontuais, mas principalmente o enfraquecimento da cultura patriarcal como um todo.

Referências Bibliográficas

- Baptista, M. N., & Campos, D. C. (2015). *Metodologias de Pesquisa em Ciências: análises Quantitativa e Qualitativa*. Rio de Janeiro: LTC.
- Barnes-Holmes, D.; Barnes-Holmes, Y., Power, P., Hayden, E., Milne, R., & Stewart, I. (2006). Do you really know what you believe? Developing the Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) as a direct measure of implicit beliefs. *The Irish Psychologist*, 32(7), 169-177.
- Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., Luciano, C. & McEnteggart, C. (2017). From the IRAP and REC model to a multi-dimensional multi-level framework for analyzing the dynamics of arbitrarily applicable relational responding. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 6(4), 434-445. doi: 10.1016/j.jcbs.2017.08.001
- Brownmiller, S. (1975/1993). *Against our will: Men, women and rape*. New York. Ballantine Books.
- Bridges, A. J., Wosnitzer, R., Scharrer, E., Sun, C., & Liberman, R. (2010). Aggression and sexual behavior in best-selling pornography videos: A content analysis update. *Violence Against Women* 16, 1065-1085. doi: 10.1177/1077801210382866
- Buchwald E., Fletcher, P. R., & Roth, M. (Eds). (1993/2003). *Transforming a Rape Culture*. Minneapolis: Milkweed Editions.
- Burt, M. R. (1980). Cultural myths and supports for rape. *Journal of personality and social psychology*, 38(2), 217. doi: 10.1037/0022-3514.38.2.217
- Cartwright, A., Roche, B., Gogarty, M., O'Reilly, A., & Stewart, I. (2016). Using Modified Function Acquisition Speed Test (FAST) for Assessing Implicit Gender Stereotypes. *Psychological Record*, 66, 223-233. doi: 10.1007/s40732-016-0164-5
- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). *Feminismo e análise do comportamento*:

- caminhos para o diálogo. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(2), 147-158. doi: 10.18761/PAC.2016.047
- Cerqueira, D., Coelho, D., & Ferreira, H. (2017). Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 11, 24-49.
- Drake, C. E., Kellum, K. K., Wilson, K. G., Luoma, J. B., Weinstein, J. H., & Adams, C. H. (2010) Examining the Implicit Relational Assessment Procedure: Four Preliminary. *Psychological Record*, 60(1), 81-100. doi: 10.1007/BF03395695
- Edwards, S. R., Bradshaw, K. A., & Hinsz, V. B. (2014). Denying rape but endorsing forceful intercourse: Exploring differences among responders. *Violence and Gender*, 1(4), 188-193. doi: 10.1089/vio.2014.0022
- Énois Inteligência Jovem, Instituto Vladimir Herzog & Instituto Patrícia Galvão. (2015) #meninapodetudo. Como o machismo e a violência contra a mulher afetam a vida das jovens das classes C, D e E? Recuperado de <https://tinyurl.com/feminismoac30>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. (2014). 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Recuperado de <https://tinyurl.com/feminismoac31>
- Freitas, J. C. C. & Morais, A. O. (no prelo). Cultura do estupro: algumas considerações sobre a violência sexual, feminismo e análise do comportamento.
- Freitas, J. C. C. (2017). O IRAP como instrumento para identificação de vieses de gênero: uma revisão de literatura. In: Arantes, A. (deb.). Ninguém nasce odiando uma pessoa: revisões de literatura sobre instrumentos de medida implícita (sessão coordenada). XXVI Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental. Bauru, SP.
- Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada [IPEA]. (2014). Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde.
- Garcia, V. A., & Turini Bolsoni-Silva, A. (2015). Transtorno de Estresse Pós-Traumático e Terapia comportamental: um estudo de caso. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 23(2).
- Gerger, H., Kley, H., Bohner, G., & Siebler, F. (2007). The Acceptance of Modern Myths. About Sexual Aggression Scale: Development and

- Validation in German and English. *Aggressive Behavior*, 33, 422-440. doi: 10.1002/ab.20195.
- Guerin, B. (2016). *How to rethink human behavior: A practical guide to social contextual analysis*. London: Routledge.
- Guerin, B., & de Oliveira Ortolan, M. (2017). Analyzing domestic violence behaviors in their contexts: violence as a continuation of social strategies by other means. *Behavior and Social Issues*, 26, 5-26. doi: 10.5210/bsi.v26i0.6804
- Grubb, A., & Harrower, J. (2008). Attribution of blame in cases of rape: An analysis of participant gender, type of rape and perceived similarity to the victim. *Aggression and Violent Behavior*. 13, 396-405. doi: 10.1016/j.avb.2008.06.006
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (2001). *Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition*. Springer Science & Business Media.
- Hussey, I., Mhaoileoin, D., Barnes-Holmes, D., Ohtsuki, T., Kishita, N., Hughes, S., Murphy, C. (2016) The IRAP is nonrelative but not acontextual: Changes to the contrast category influence men's dehumanization of women. *Psychological Record*, 66(2), 291-300. doi: 10.1007/s40732-016-0171-6
- Kahn, A. S., Jackson, J., Kully, C., Badger, K. & Halvorsen, J. (2003) Calling it rape: Differences in experiences of women who do or do not label their sexual assault as rape. *Psychology of Women Quarterly*, 27, 233-242. doi: 10.1111/1471-6402.00103
- Kahn, A. S. & Mathie, V. A. (1994) Rape Scripts and Rape Acknowledgment. *Psychology of Women Quarterly*, 18, 53-66. doi: 10.1111/j.1471-6402.1994.tb00296.x
- Koss, Dinero, Seibel & Cox (1988) Are There Differences In the Victim's Experience? *Psychology of Women Quarterly*, 12, 1-24. doi: 10.1111/j.1471-6402.1988.tb00924.x
- Layman, M. J., Gidycz, C. A. & Lynn, S. J. (1996) Unacknowledged Versus Acknowledged Rape Victims: Situational Factors and Posttraumatic Stress. *Journal of Abnormal Psychology*, 105(1), 124-131. doi: 10.1037/0021-843X.105.1.124
- Morais, A. O. (2017). Cultura do estupro: uma análise comportamental da violência sexual em práticas culturais machistas. In: Castro, M. S. B. (deb.). *Violências contra a mulher: cultura do estupro, representação na mídia e relacionamentos abusivos (mesa-redonda)*. XXVI Encontro

- Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental. Bauru, SP.
- New York Radical Feminists; Connell, N., & Wilson, C. (1974). Rape: the first sourcebook for women. New American Library.
- Nunes, L., Hermann, C. A., & Ratcliffe, K. (2013). Implicit and Explicit Attitudes Toward Rape are Associated With Sexual Aggression. *Journal of Interpersonal Violence*, 28(13), 2657-2675. doi: 10.1177/0886260513487995
- Payne, D. L., Lonsway, K. A., & Fitzgerald, L. F. (1999). Rape myth acceptance: Exploration of its structure and its measurement using the Illinois rape myth acceptance scale. *Journal of Research in Personality*, 33, 27-68. doi: 10.1006/jrpe.1998.2238
- Peterson, Z. D., & Muehlenhard, C. L. (2004). Was It Rape? The Function of Women's Rape Myth Acceptance and Definitions of Sex in Labeling Their Own Experiences. *Sex Roles*, 51. doi: 10.1023/B:SERS.0000037758.95376.00
- Roche, B., & Barnes, D. (1996). Arbitrarily applicable relational responding and sexual categorization: A critical test of the derived difference relation. *Psychological Record*, 46, 451- 475. doi: 10.1007/BF03395177
- Roche, B., & Barnes, D. (1998). The experimental analysis of human sexual arousal: Some recent developments. *The Behavior Analyst*, 21, 37-52. doi: 10.1007/BF03392779
- Roche, B., & Barnes-Holmes, D. (2002). Human sexual arousal: A modern behavioral approach. *The Behavior Analyst Today*, 3(2), 145. doi: 10.1037/h0099973
- Rost, M., & Vieira, M. S. (2015) Convenções de gênero e violência vexual: a cultura do estupro no ciberespaço. *Contemporanea - comunicação e cultura*, 13(2). 261-276. doi: 10.9771/1809-9386contemporanea.v13i2.13881
- Ryan, K. (1988). Rape and seduction scripts. *Psychology of Women Quarterly*, 12, 237-245. doi: 10.1111/j.1471-6402.1988.tb00939.x
- Saffioti, H. I. B. (2004). Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Sanday, P. R. (1981). The socio-cultural context of rape: A cross-cultural study. *Journal of Social Issues*, 37(4), 5-27. doi: 10.1111/j.1540-4560.1981.tb01068.x
- Sasson, S., & Paul, L. A. (2014). Labeling acts of sexual violence: What roles do assault characteristics, attitudes, and life experiences play?

- Behavior and Social Issues, 23, 35-49. doi: 10.5210/bsi.v.23i0.5215
- Smith, M. D. (2004). *Encyclopedia of Rape*. Westport, Conn.: Greenwood Press.
- Stanley, N., Barter, C., Wood, M., Aghtaie, N., Larkins, C., Lanau, A., & Överlien, C., (2016). Pornography, sexual coercion and abuse and sexting in young people's intimate relationships: a European study. *J. Interpers. Violence*, 6, 1-26. doi: 10.1177/0886260516633204
- Tjaden P., & Thoennes N. (2006). *Extent, nature, and consequences of rape victimization: findings from the National Violence Against Women Survey: special report*. Washington, DC: National Institute of Justice. Recuperado de <http://www.nij.gov/pubs-sum/210346.htm>
- Williams, L. C. A. (2002). Abuso sexual infantil. Em: H. J. Guilhardi; M. B. B. P. Madi; P. P. Queiróz & M. C. Scoz (Orgs.) *Sobre Comportamento e Cognição: Contribuições para a construção da teoria do comportamento*, 10, 144-155. Santo André: ESETec Editores Associados.
- Williams, L. C. A, Hackbarth, C., Blefari, C. A., Padilha, M. G. S., & Peixoto, C. E. (2014). Investigação de suspeita de abuso sexual infantojuvenil: O Protocolo NICHED. *Temas em Psicologia*, 22(2), 1-18. doi: 10.9788/TP2014.2-12
- Whatley, M. A. (1996). Victim Characteristics Influencing Attributions of Responsibility to Rape Victims: A Meta-Analysis. *Aggression and Violent Behavior*, 1, (2), 81-95. doi: 10.1016/1359-1789(95)00011-9

Capítulo 5

Capítulo

Texto S

Citação inicial

Capítulo 6

Capítulo

Texto S

Citação inicial

Capítulo 7

Capítulo

Texto S

Citação inicial

Capítulo 8

Capítulo

Texto S

Citação inicial

Capítulo 9

Capítulo

Texto S

Citação inicial

Capítulo 10

Capítulo

Texto S

Citação inicial